

revista

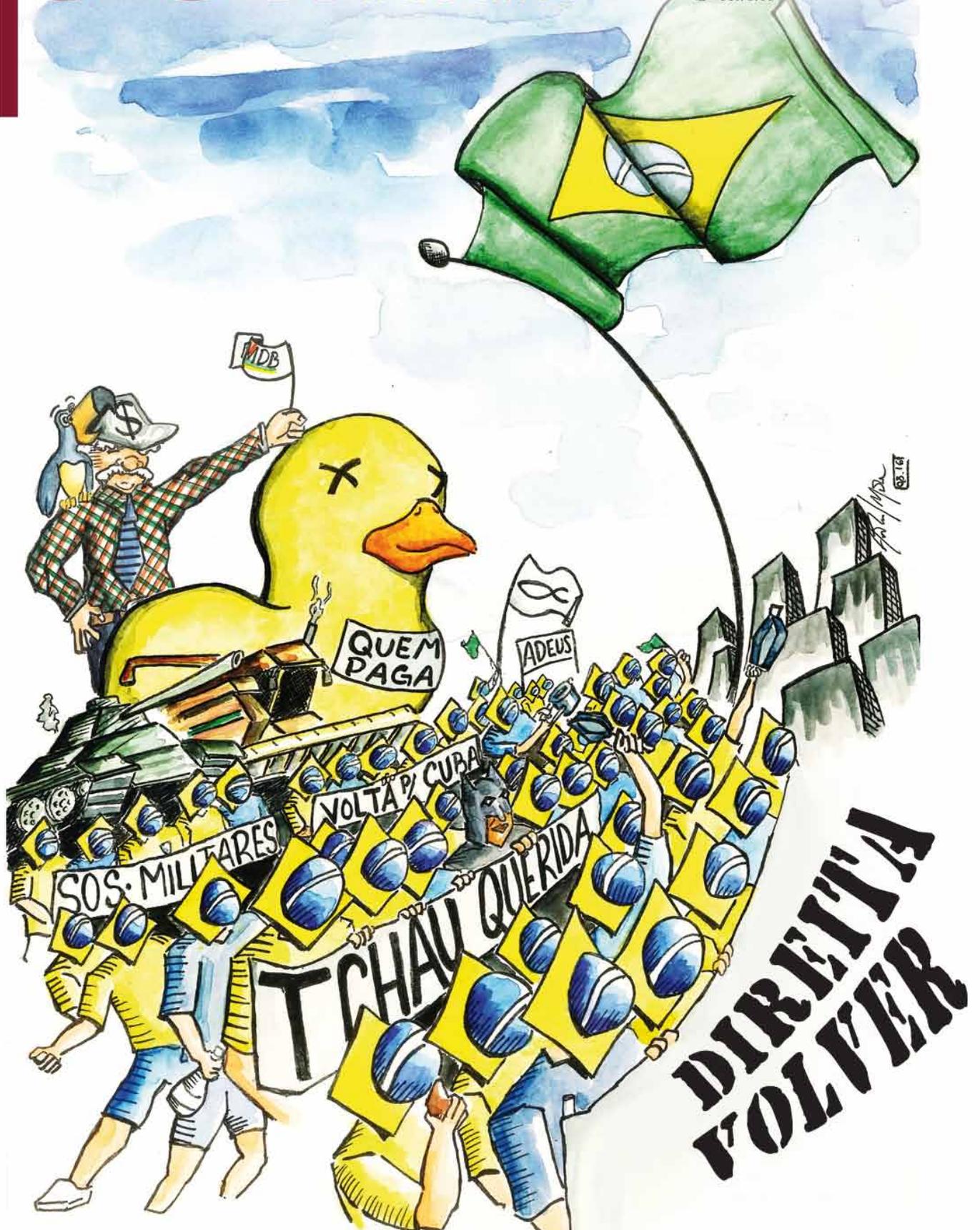
poli

saúde
educação
trabalho

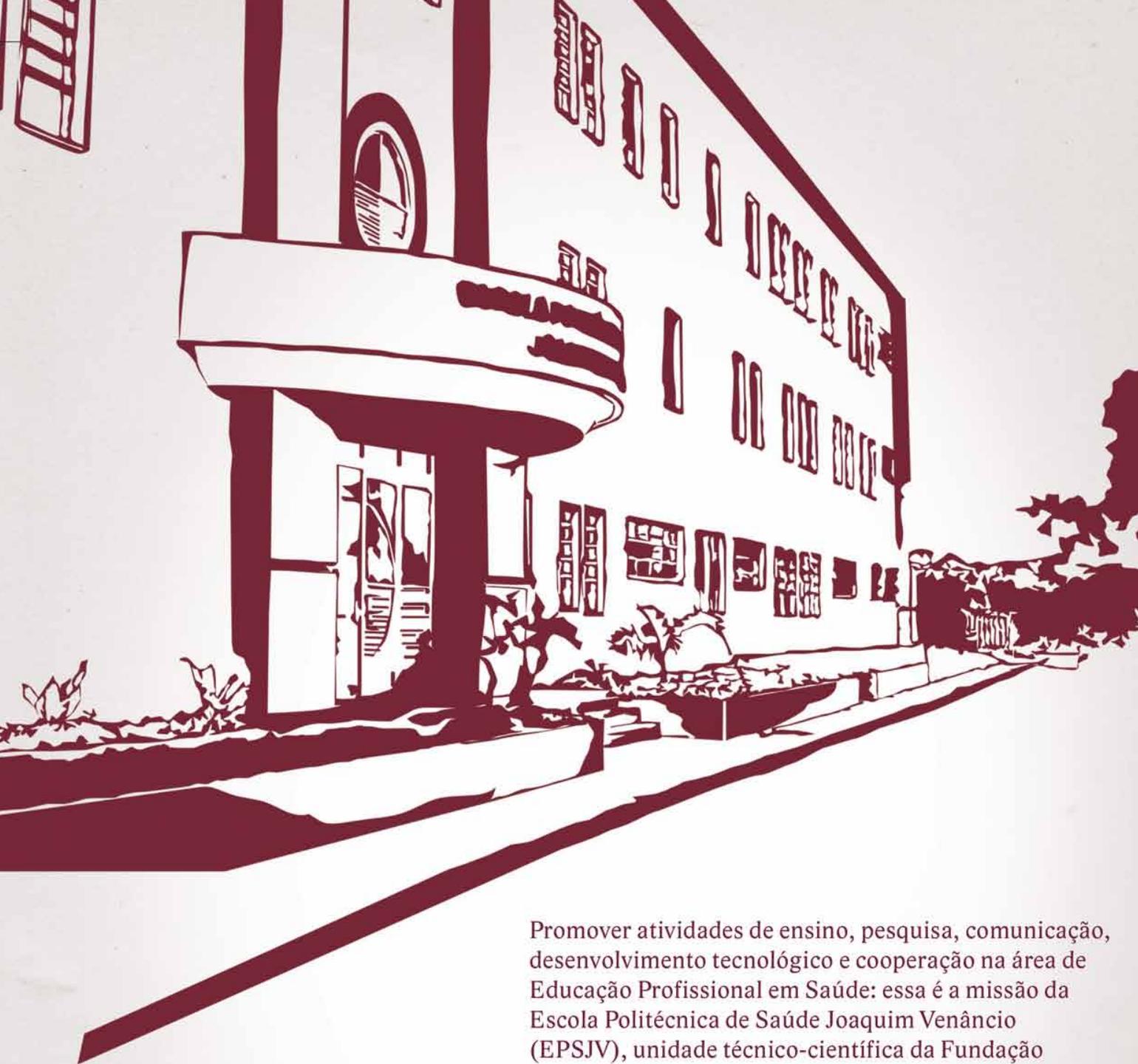
Ano IX – Nº. 47 – set./out. 2016



Mala Direta
Básica
9912340195/2013-DR/RJ
Fiocruz
Correios



**DIRETTA
VOLVER**



Conheça o

Poli

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano IX - Nº 47 - set./out. 2016

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Editores e Repórteres

André Antunes / Cátia Guimarães / Maíra Mathias / Raquel Júnia

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca / Marcelo Paixão / Maycon Gomes

Capa

Ilustração de Artur Monteiro

Mala direta e Distribuição

Valéria Melo / Tairone Cardoso

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Comunicação Interna

Talita Rodrigues

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria / Tales de Oliveira

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

COAN Industria Gráfica Ltda

Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Isabela Cabral, Adeline Pereira / Ieda Barbosa / José Orbílio / André Feitosa / Ana Beatriz de Noronha / Leandro Medrado / Leandro Nardarcio / Maria Cecília Carvalho / Marcela Pronko / Páulea Zaquini / Paulo César de Castro Ribeiro / Sergio Munck / Marco Antônio Santos / Maria Emília Rossignieux / Telma Frutuoso / Andrea Oliveira / Elenice da Cunha



APRESENTAÇÃO

Poli de cara nova 2

PANORAMA

4

RADAR DOS TÉCNICOS

6

CAPA

No rastro da nova direita 8

CRISE POLÍTICA

Os médicos e o impeachment 17

ENTREVISTA

José Roberto Lopes Pinto – “A eleição vai ser mais um capítulo nesse processo de retrocesso social e político” 22

VIOLÊNCIA

Retratos de um genocídio 26

O QUE É, O QUE FAZ?

Ministério Público 31



Assine Nosso Boletim
Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Receba a Poli: formulário pelo site
www.epsjv.fiocruz.br

POLI DE CARA NOVA

um novo projeto gráfico, com pequenas mudanças editoriais

A Poli mudou. Na edição que comemora seus oito anos, a revista ganhou um novo projeto gráfico, mais moderno, mais flexível e com mais recursos para usar e abusar das imagens. Nada muda na linha editorial – ao contrário, a proposta de uma diagramação mais leve, que equilibre melhor imagem e texto, tem como principal objetivo tornar mais fluida e agradável a leitura de reportagens que, pelo nível de profundidade e debate com o qual nos comprometemos, muitas vezes são longas e precisam reter a atenção dos leitores. A aposta, portanto, é fazer com que mais pessoas, com mais facilidade, possam seguir as pistas que, a cada edição, propomos como caminhos possíveis para se compreender melhor a realidade – seja ela expressa pela conjuntura política do país ou pela discussão mais específica de políticas de saúde, educação e trabalho. Mas isso sem abrir mão do trabalho de apuração, informação, contextualização histórica e diálogo entre as fontes para garantir uma visão o mais completa possível sobre os temas e acontecimentos.

O designer responsável pela equipe que desenvolveu esse trabalho, José Luiz Fonseca, explica o que orientou as mudanças. “Nosso objetivo foi proporcionar um maior prazer na leitura. Neste projeto, o grande lance é explorar mais fotografias e ilustrações para conseguirmos conceituar melhor os temas trabalhados nas reportagens e nos comunicarmos também com o uso das imagens”. Ele detalha que várias outras alterações foram feitas para que esse arranjo melhor entre texto e imagem fosse favorecido. “As retrancas, por exemplo, ficaram muito mais sutis, para ganharmos espaço e favorecermos este novo desenho”. Além de uma total reformulação gráfica, a Poli passou também por pequenas alterações do projeto – não de linha! – editorial. Isso significa que algumas seções foram criadas e outras desapareceram. O ‘Dicionário’, na verdade, passou a dividir lugar – as duas últimas páginas da revista – com uma nova seção, batizada de ‘o que é, o que faz’, que está sendo inaugurada nesta edição. Nela, vamos empreender o mesmo esforço de tradução jornalística de conceitos que fazemos no ‘Dicionário’ para apresentar numa linguagem simples e contextualizada as estruturas que compõem o Estado e a governança da sociedade civil no Brasil. Nesta primeira publicação, a instituição escolhida foi o Ministério Público, que desempenha papel importante em vários temas que têm sido acompanhados pela Poli – como o crime ambiental em Mariana, o projeto Escola sem Partido, a investigação do trabalho escravo – e recentemente ganhou destaque nacional por conta da Operação Lava Jato.

Foram criadas ainda duas outras seções. O ‘Panorama’, de notas gerais, mais curtas, que visam registrar coisas importantes que ocorreram no intervalo entre uma revista e outra, mas que, por limites de espaço e tempo, não se tornaram pauta para uma apuração mais ampla. Se você acompanha todo o trabalho jornalístico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), vai perceber que, muitas vezes,



essas notas vão se referir

a temas que foram objeto de matéria

ou entrevista publicada no nosso Portal (www.epsjv.fiocruz.br), que pode se dedicar a pautas mais

‘quentes’, mais próximas do calor dos acontecimentos. A outra, chamada ‘Radar dos técnicos’, tenta firmar, de forma mais direta e regular, o compromisso que está na origem e na inserção institucional da Poli: fortalecer o campo da educação profissional em saúde. Por isso, essa seção trará notas ou mesmo matérias maiores que tratem especificamente de questões ligadas aos trabalhadores técnicos da saúde, seja no âmbito da formação, da pesquisa ou da gestão e regulação do trabalho.

Também houve cortes. A seção de ‘Livros’, que publicava resenhas a cada edição, foi suprimida para ser melhor aproveitada no Portal EPSJV/Fiocruz, que permite uma maior atualidade e espaço para uma apresentação mais completa das obras comentadas. Por entendermos que contribuía pouco com o nosso projeto de jornalismo, se encerra também o espaço do ‘editorial’.

Que essas mudanças marquem não uma nova fase, mas o aperfeiçoamento do papel de jornalismo público que a Poli tenta desempenhar desde 2008 – um papel, aliás, que parece cada dia mais importante quando se observam as principais transformações que marcaram esses últimos oito anos. Afinal, no registro de um novo aniversário, é quase forçoso lembrar que, enquanto a primeira edição da Poli comemorava duas décadas de promulgação da Constituição Federal – um marco do processo de redemocratização do país -, premidos pela conjuntura, os últimos números têm se dedicado a informar, debater e denunciar o desmonte dos direitos (e da democracia) que, a duras penas e recheados de contradições, foram conquistados em 1988. Como projeto de jornalismo público, a Poli estava lá e está aqui. O

André Antunes, Cátia Guimarães, Máira Mathias, Raquel Junia (jornalistas), José Luiz Fonseca e Maycon Gomes (designers)

“ NOSSO OBJETIVO FOI PROPORCIONAR UM MAIOR PRAZER À LEITURA

JOSÉ LUIZ FONSECA
Designer

» 'Acesso' à privatização

Um plano de saúde “acessível”. Essa é a solução que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, apontou para desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS) e resolver parte dos problemas da saúde pública do país. Depois de gerar polêmica como declaração, a iniciativa foi formalizada por meio da portaria 1.482, de 4 de agosto deste ano, que instituiu um Grupo de Trabalho para elaborar o projeto. A proposta é flexibilizar a regulação, feita por meio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), permitindo a oferta de planos com menos cobertura e menor custo. Várias entidades, como o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Federal de Medicina e até a Associação Nacional dos Servidores e demais trabalhadores da ANS (Assetsans) se manifestaram publicamente contra a iniciativa. “Se existe uma conjuntura de recessão econômica ou uma crise estrutural, como as pessoas vão comprar planos, sejam baratos



MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL

ou caros?”, questiona Ligia Bahia, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O economista Carlos Ocké, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), completa: “Num contexto de recessão, de desemprego, de redução da renda média, e, portanto, de maiores dificuldades para a expansão do mercado de planos de saúde, do ponto de vista de um governo liberal ou neoliberal, essa proposta é a tentativa de criar um novo filão de mercado”. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idesc) já avisaram que pretendem entrar na justiça contra a medida, caso a proposta saia do papel.

» Partido ou mordança?

O deputado federal Jean Willys (Psol-RJ) apresentou à Câmara no dia 16 de agosto um Projeto de Lei intitulado ‘Escola Livre’. Trata-se de uma resposta, no âmbito parlamentar, ao PL Escola sem Partido, que nega a liberdade de expressão do professor em sala de aula como forma de impedir uma suposta “doutrinação” que seria marca da educação brasileira. “Uma escola para a democracia é uma escola com muitos partidos, com muitas ideias, com muito debate, com muita análise crítica do mundo”, diz a justificativa do PL.

O Projeto que gerou toda essa discórdia foi elaborado pelo Movimento Escola sem Partido e tem sido apresentado por diferentes parlamentares. Hoje tramita em várias casas legislativas e foi aprovado no estado de Alagoas, onde é alvo de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adin), mo-

vidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Mobilizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a se posicionar sobre o assunto, a Advocacia Geral da União (AGU) considerou o projeto aprovado em Alagoas inconstitucional porque “colide frontalmente” com o princípio do “pluralismo das idéias e concepções pedagógicas”, previsto no artigo 206 da Constituição. Referindo-se ao PL que tramita na Câmara dos Deputados (nº 867-2015), o Ministério Público Federal também encaminhou ao Congresso uma nota técnica que aponta inconstitucionalidade.

Também como forma de reação ao avanço do PL, foi lançada, em julho, a Frente Nacional Escola sem Mordança, que reúne dezenas entidades e movimentos sociais. No dia 22 de agosto, organizações sindicais que compõem a Frente entregaram uma carta aberta a parlamentares que compõem a Comissão de Educação da Câmara.



Lei orçamentária e PEC 241

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 ainda não foi votada, mas seus efeitos já poderão ser sentidos no próximo ano. Isso porque, no último dia 24 de agosto, o Congresso aprovou a proposta de texto-base do governo interino Michel Temer para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e um dos pontos do texto determina que o gasto do governo federal em 2017 só pode aumentar até o limite da inflação de 2016. Na prática, isso já antecipa a instituição de um ‘teto’ de gastos proposta pelo PEC, que tem sido apresentada pelo governo interino como primeiro grande para um ajuste fiscal mais permanente que, no entanto, deve ser completado com outras medidas mais estruturais, principalmente a reforma da previdência. No blog em que discute política e financiamento da educação, o professor Luiz Araújo, da Universidade de São Paulo,

defendeu que essa redação da LDO é “inconstitucional” porque simplesmente ignora que, hoje, a Constituição estabelece regras específicas para o orçamento de áreas como saúde e educação – neste caso, por exemplo, a lei manda que o orçamento seja um percentual da Receita Corrente Líquida, sem qualquer relação com a variação da inflação. “Não se pode flexibilizar a vinculação constitucional por meio da Lei de diretrizes Orçamentárias”, escreve Luiz Araújo. Aliás, é exatamente por isso que a proposta de teto de gastos foi apresentada como Emenda Constitucional.

Em nota conjunta, o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), afirmam que, a PEC pode ser “entendida como o estabelecimento da antipolítica na garantia da saúde

como direito de todos e dever do Estado, pois com a redução de gastos em saúde há risco real e comprovado de mais mortes, surtos de infecções, retorno de doenças erradicadas agravando o quadro sanitário nacional”. O Conselho Nacional de Saúde também repudiou a PEC, considerada um “atentado” à seguridade social e ao SUS.



Ensino superior: público e privado

O orçamento das instituições públicas de ensino superior (IES) sofrerá uma redução de 15% em 2017, totalizando R\$ 6,7 bilhões, segundo proposta do governo interino. Com os cortes e contingenciamentos produzidos em função do ajuste fiscal, desde 2014, as universidades públicas já estavam vivendo uma das piores crises de sua história. O Ministério interino da Educação argumenta que, comparado ao que foi realmente executado no ano passado, considerados os cortes de 31%, o orçamento do ano que vem seria, na verdade, 15% maior. As IES parecem não concordar. Em nota, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Conif), informa que os Institutos “chegaram ao limite de ajustes” e que, com o valor anunciado, haverá “sérias dificuldades para garantir a oferta de vagas em 2017 e chegar ao fim do próximo ano em atividade”.

Enquanto isso, o mercado privado do ensino superior continua se ampliando. Depois de se fundir com a Anhanguera, formando o que já era a maior empresa de educação superior do mundo, a Kroton acaba de comprar a Estácio, que já era a vice-líder desse segmento no país. Juntas, elas passarão a ter mais de 1,6 milhões de alunos.



Venda...

TOMAZ SILVA / ABr



Embora apareça na maior parte das vezes descrita com nomes mais brandos, como ‘parceria’ e ‘concessões’, o pacote de privatizações que está prestes a ser lançado pelo governo interino parece incluir também a venda de estatais. Em artigo publicado no dia 13 de agosto no Estadão,

João Domingos informou que o governo estuda incluir na lista a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers), criada no governo Dilma Rousseff para gerir os hospitais universitários. O texto argumenta que “ela tem 9.752 funcionários, orçamento bilionário e não se tem notícia de que a situação nos hospitais universitários tenha melhorado depois que foi criada”. Mesmo como empresa pública, a Ebsers tem sido denunciada por entidades sindicais e movimentos ligados à saúde como um mecanismo de privatização da gestão que viola a autonomia universitária e compromete a função pedagógica dos HUs, fazendo com que as atividades e projetos de ensino sejam submetidos a uma lógica privada de gestão.

ACS E ACE: FORMAÇÃO, APOSENTADORIA E MINHA CASA, MINHA VIDA

MARIA MATHIAS / EPSJV



RADIOLOGIA COMEMORA

O Ministério Público Federal anulou resolução do Conselho Federal de Biomedicina que autorizava os profissionais da área a manusearem aparelhos de raios-x, ressonância magnética e outros equipamentos radiológicos. A medida foi em resposta à ação civil movida pelo Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter), que defende que esses serviços devem ser desempenhados por esses técnicos, que recebem formação específica para a função.

Está em tramitação no Senado um projeto que trata da formação e da aposentadoria dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 210/2015, de autoria do deputado André Moura (PSC/SE), que modifica a lei 11.350, que criou essas profissões. O texto estabelece que o Fundo Nacional de Saúde poderá financiar o curso técnico de ACS e de ACE, “mediante a aprovação do projeto pedagógico apresentado pelas instituições de ensino habilitadas a ministrar os cursos” – embora o texto não deixe claro quem aprova nem faça distinções entre instituições públicas e privadas. Construído pelos ministérios da Saúde e Educação em 2004 na forma de referenciais curriculares – a partir de um processo coletivo do qual a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) participou –, o curso técnico de ACS, por exemplo, vem sendo financiado pelos gestores locais, o que diminuiu significativamente sua possibilidade de oferta. O texto prevê também que quem não tiver concluído o ensino médio deve ser incluído “em programas que ampliem a escolaridade e ofereçam profissionalização” e que, sempre que estiverem em curso – seja técnico ou de capacitação –, os profissionais devem receber ajuda de custo para transporte.

No que diz respeito a benefícios trabalhistas, o PLC propõe que esses profissionais recebam adicional de insalubridade e tenham todo o tempo de trabalho contado para a aposentadoria, independentemente dos diferentes vínculos de contratação. Já o último artigo do projeto modifica a lei 11.977, que criou o Minha Casa, Minha Vida, estabelecendo que ACS e ACE tenham prioridade no programa. No momento de fechamento desta edição, o projeto aguardava deliberação do plenário do Senado.

PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio está desenvolvendo, em parceria com instituições que compõem a Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS) e a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), uma pesquisa multicêntrica com o objetivo de identificar e analisar a oferta quantitativa e qualitativa de formação de trabalhadores técnicos em saúde nos países membros da rede internacional. A investigação, que deve ser concluída em 2018, pretende mapear o número de cursos, habilitações profissionais, instituições ofertantes, vagas, matrículas e concluintes da educação de técnicos em saúde, além de identificar as diretrizes teórico-metodológicas e as bases materiais da organização e desenvolvimento curricular da educação profissional nos países participantes.

PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Avançou na Câmara dos Deputados a proposta de regulamentação da profissão de atendente pessoal de pessoa com deficiência. Aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o texto segue para a Comissão de Seguridade Social e ainda será analisado por mais três comissões. Pela tramitação atual, que se dá em caráter conclusivo, ele não precisará ir a plenário. O projeto diz que poderão exercer a profissão todos que tiverem concluído o ensino fundamental e participado de “cursos de treinamento para atendimento de pessoa com deficiência, promovidos por instituições de ensino profissional, assistenciais ou pelo governo”.

DESAFIO

Estão abertas as inscrições para o Projeto Desafio da Educação Profissional e Tecnológica, lançado pelo Ministério da Educação em maio deste ano. Trata-se de um concurso por meio do qual pessoas físicas concorrem a prêmios em dinheiro compartilhando o que consideram propostas inovadoras e experiências exitosas. Os participantes podem também indicar para premiação cursos técnicos ou de graduação dos Institutos ou universidades federais e escolas estaduais ou municipais “de sua preferência”. Mais informações no site <http://desafiodaeducacao.mec.gov.br/educacaoprofissional/>.

EAD NA MIRA

Está na Comissão de Educação da Câmara um projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), que proíbe a formação à distância na área da enfermagem. O PL 2891/2015 propõe alterar a lei 7498/1986, que regulamenta o exercício dessa profissão, incluindo a obrigatoriedade de que auxiliares, técnicos e enfermeiros sejam formados presencialmente. Essa é uma demanda antiga do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). A relatora na Comissão, deputada Alice Portugal, indicou a aprovação do projeto, desde que se acrescente, como emenda, a possibilidade de disciplinas optativas serem cursadas por EaD.

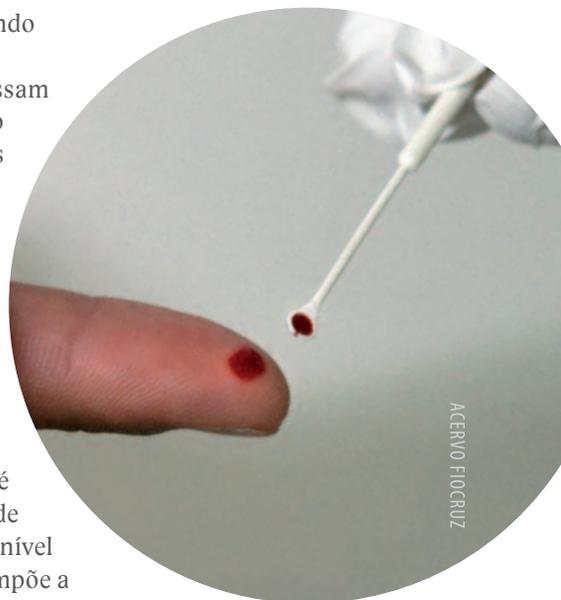
TÉCNICO EM MASSOTERAPIA

Está em tramitação no Senado o PLS 13, deste ano, que regulamenta o exercício da profissão de massoterapeuta. De autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), o projeto está na Comissão de Assuntos Sociais aguardando a realização de audiência pública sobre o tema. O texto também define o que é massoterapia e quais são as atividades inerentes à profissão, além de elencar a quem está assegurado o seu exercício.

TESTES RÁPIDOS

O Ministério da Saúde está propondo que técnicos de enfermagem possam fazer a aplicação de testes rápidos para identificar infecção por HIV e doenças como sífilis e hepatites virais. Hoje, de acordo com portaria nº 77/2012 editada pela pasta, essa é uma atribuição de profissionais de nível superior que compõe a equipe de Atenção Básica.

Angélica Fonseca, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), confirma que, tecnicamente, a aplicação de qualquer teste rápido para identificação de doenças é muito simples. O problema, diz, está na comunicação do resultado quando ele dá positivo. Ela não vê problema que um profissional de nível médio desempenhe a função e acredita que os cursos técnicos de enfermagem podem oferecer a formação necessária, desde que se compreenda que a “qualificação específica” vai além do manejo técnico do teste. Camila Borges, também professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz, concorda: “Uma vez feito o diagnóstico, é preciso informar ao usuário o resultado, explicar o que ele pode fazer a partir dali, como a rede de assistência pode acolhê-lo”. Esse cuidado necessário na hora de dialogar sobre os encaminhamentos desperta nela também a preocupação sobre a possibilidade de, com a facilidade de aplicação, se naturalizar que esses testes rápidos sejam feitos fora das unidades de saúde, ainda que Camila compreenda as situações de exceção que justificam esse procedimento, como no caso de lugares de difícil acesso. Angélica alerta ainda para o risco de essa nova função, que é diretamente vinculada à identificação de uma patologia, reforçar uma perspectiva biomédica na formação e atuação dos técnicos, que, segundo ela, já é muito forte no sistema de saúde como um todo. “É importante ampliar a abrangência dos testes, mas ao mesmo tempo, é preciso investir numa compreensão que não se limite, e portanto não fortaleça, uma visão biomédica do problema”, diz.



NO RASTRO DA NOVA DIREITA

O que os manifestantes de verde e amarelo têm a ver com ideias liberais, novos e velhos partidos e institutos conservadores com atuação de mais de duas décadas no país?

Raquel Júnia

Podem ser considerados think tanks desde grandes centros de pesquisa, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), até organizações menores voltadas para ação política e divulgação de ideias e propostas. Em geral, essas instituições realizam eventos e editam publicações e têm o objetivo de influenciar tomadores de decisão no âmbito da política institucional. Recentemente, muitos think tanks têm investido pesado em marketing, em consonância com a estratégia de influenciar os governos e a opinião pública.



Manifestação 'Fora Dilma' na Av. Paulista no dia 31 de julho de 2016

“**A**umentou o número de militantes de direita que fazem trabalho de base”. A observação é da doutoranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), Camila Rocha. De fato, até pouco mais de dois anos atrás, pensar em protestos no Brasil remetia a trabalhadores organizados, sindicatos ou movimentos sociais e alguns partidos políticos reivindicando direitos. A esquerda, num sentido amplo, era quase hegemônica na pauta desses grupos. Se a direita tradicional brasileira nos últimos tempos praticamente não deixava seus escritórios para operar a política, os novos grupos que ganharam visibilidade nas mobilizações pelo impeachment tiveram a capacidade de movimentar massas que fizeram das ruas um espaço de pressão e demonstração de forças. Reunidos sob o guarda-chuva da retirada de Dilma Rousseff da presidência, e com os aplausos dos partidos tradicionais da direita, as manifestações deram lugar a uma gama de pleitos em gradações diversas de conservadorismo – da intervenção militar ao Estado mínimo, passando por distorções caricatas do Partido dos Trabalhadores (PT) e da esquerda no país. Mas trata-se de uma nova direita? Seguindo os rastros dos principais grupos e ouvindo pesquisadores, a Poli mostra, nesta reportagem, que a resposta não é tão simples.

Para Camila, cuja tese de doutorado se dedica a analisar os **think tanks** e grupos de direita no país, de fato há o crescimento do que pode ser considerado um movimento neoliberal no Brasil. A pesquisadora explica que são grupos de diferentes vertentes, mas que se assemelham pela defesa de uma pauta econômica baseada no Estado mínimo e, portanto, na defesa da privatização, inclusive de serviços assegurados como direitos pela Constituição, como a saúde e a educação. “O interessante é que esse movimento ficou mais capilarizado. Nos anos 80 e 90 era quase aristocrático, porque circulavam nele grandes empresários, tecnocratas, personagens da elite política e empresarial, alguns professores acadêmicos. E agora, com a internet, se difundiu de uma forma mais enraizada na sociedade civil, principalmente junto a setores de classe média e universitários”, aponta. “Hoje é muito mais comum encontrar, mesmo entre aqueles que não são economistas, universitários que conhecem ou já ouviram falar de Von Mises, que é um dos intelectuais neoliberais, que há dez anos ninguém conhecia”, exemplifica.

Essa direita neoliberal, que se define por bandeiras essencialmente econômicas, não tem nada de nova. Mas, segundo Camila, a agenda dessas organizações e partidos mais antigos ‘colou’ muito bem com o discurso e a mobilização promovida por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua e Revoltados Online – que se destacaram pela convocação das grandes mobilizações pró-impeachment. “O discurso contra o Estado acaba colando muito fácil num discurso contra o governo. E como o governo de turno era um governo do Partido dos Trabalhadores, com toda essa conjuntura de impeachment, de antipetismo, uma coisa acaba grudando na outra: ‘somos contra o Estado, então somos também contra esse governo estatista e corrupto’”, salienta.

Origens e características

Para a pesquisadora Rejane Hoelever, organizadora do livro ‘A Onda Conservadora’, é preciso voltar ao contexto da ditadura empresarial-militar para entender a forma de atuação dos grupos que hoje podem ser chamados de ‘a nova direita brasileira’. A pesquisadora cita o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) — uma organização criada em 1962 por empresários e que atuou na linha de frente no processo que resultou na deposição de João Goulart e na instalação da ditadura no país — como experiência prima desse *know how* adquirido pela direita e usado em algumas situações para a mobilização das massas. Já no final

dos anos 1970 e 1980, houve também a criação de organizações como o Instituto Liberal, no Rio de Janeiro e o Instituto de Estudos Empresariais, em Porto Alegre, duas instituições que, apesar de se apresentarem por um discurso neoliberal, mais focado na discussão sobre o papel do Estado, têm estreitas vinculações com os novos grupos de direita da atualidade.

A pesquisadora considera que é possível fazer uma comparação entre essa nova direita e a que emergiu nos Estados Unidos nos anos 1970. “Guardadas as particularidades, aqui como nos EUA, temos um casamento entre um pensamento econômico ultraliberal e um reacionarismo do ponto de vista dos costumes, que é ligado aos setores cristãos fundamentalistas. Então, se você for analisar essas entidades, vai ver que, por exemplo, o ‘Vem Pra Rua’ não defende uma agenda conservadora do ponto de vista moral. Mas, na prática, quando eles vão para a rua, estão juntos com quem defende. E foram às ruas toda a fauna e flora da direita, até aquela direita mais tradicionalista como a ‘Tradição Família Propriedade’, os integralistas”, detalha.

Defesa do estado policial

“Nós deixamos a intervenção militar como último vagão da nossa locomotiva, entendeu?”. A frase é de Marcello Reis, fundador e líder do grupo Revoltados Online, em entrevista à Poli. Questionado se a tomada do poder pelos militares então ainda é uma pauta do grupo, ele é enfático: “É. Nós nunca descartamos”.

Na página do movimento no facebook, com mais de 1,7 milhões de curtidas, muitas das postagens são fotomontagens com a imagem do próprio Marcello Reis. “Ela [a organização do Revoltados Online] é totalmente centralizada em mim. Todos os administradores sou eu que aprovo e analiso”, explica. O grupo se sustenta, de acordo com Marcello, com doações e

vendas de produtos personalizados – camisetas, canecas e bonés – sobre o impeachment e com elogios ao juiz Sergio Moro. Ele afirma que não há ninguém profissionalizado no coletivo, mas que em breve esse quadro deve mudar, com a criação de uma associação.

O líder do ‘Revoltados Online’ não só não vê problemas em considerar a intervenção militar como estratégia – ainda que seja só no “último vagão” -, como contemporiza a violência decorrente do golpe de 1964. “Eu não sou dessa época, mas procurei verificar com as pessoas que eram dessa época. E o relato que eu tenho é que não houve essa violência toda que estão falando”, afirma. E as torturas praticadas pelo regime? “Algumas pessoas que realmente vão para confronto, aí acabam acontecendo essas coisas. Mas eu sou totalmente contra a tortura”, relativiza.

Marcello se diz amigo pessoal da família Bolsonaro, que, segundo ele, tem o apreço do ‘Revoltados’ principalmente pelo fato de o deputado federal Jair Bolsonaro ter sido capitão do exército e um dos seus filhos, Eduardo Bolsonaro, ser membro da polícia federal. Para ele, o Bolsonaro pai ficou muito marcado por uma postura anti-LGBT que não condiz com a realidade. “Olha, veja só, eu tenho muitos amigos que são homossexuais, mas são discretos, entendeu?”, dispara.

Não por acaso, a tentativa de recontar o período da ditadura empresarial-militar pela direita tem também no partido que abrigou a família Bolsonaro, o Partido Social Cristão (PSC), uma das principais trincheiras. Embora o partido não possa ser considerado novo, ele revela outras conexões importantes no entendimento da nova direita. O atual responsável pelo programa da família Bolsonaro nas eleições é o mesmo que fez a plataforma da candidatura de Pastor Everaldo à presidência em 2014. Trata-se do advogado Bernardo Santoro, diretor executivo do Instituto Liberal, considerado um dos principais *think tanks* conservadores do Brasil, e atualmente membro da executiva estadual e do diretório nacional do PSC. Como mais um exemplo da relação estreita entre a ‘nova’ e a ‘velha’ direita, Santoro também teve participação recente no Movimento Brasil Livre (MBL) no Rio de Janeiro, do qual se desligou recentemente.

O posicionamento de Santoro sobre os elogios públicos de Bolsonaro à ditadura demonstram a natureza dessa tentativa de releitura. “Ele [Bolsonaro] defende a não ocorrência de uma ditadura do proletariado do Brasil. Aí a gente pode até discutir em que nível uma pessoa pode se comprometer, até onde uma pessoa se engaja nessa luta por impedir uma coisa que é muito ruim. Eu especificamente não me sinto apto a julgar, mas o que eu posso dizer é que o PSC defende todas as liberdades e garantias individuais. Isso é algo que é inegociável para o partido”. Mas e a ditadura? Santoro minimiza, por exemplo, a mais recente polêmica envolvendo Jair Bolsonaro, que dedicou seu voto



A GENTE NÃO FICA DEBATENDO. QUALQUER PESSOA QUE ENTRA NO GRUPO, SENDO DE OUTRO PARTIDO OU DO PT, OU QUALQUER OUTRA COISA, A GENTE JÁ EXCLUI PORQUE A GENTE NÃO ESTÁ PARA DISCUTIR, ENTENDEU?”

MARCELLO REIS

Revoltados Online

a favor do impeachment ao coronel Brilhante Ulstra, sob o qual pesam muitas acusações de torturas e assassinatos, além da coordenação da Casa da Morte, um centro clandestino de violência de Estado na ditadura. Segundo ele, Carlos Mariguella e Carlos Lamarca – militantes de esquerda que participaram da luta armada contra a ditadura e foram citados por um deputado do Psol durante a mesma sessão da Câmara, o que, segundo Santoro, teria motivado a reação de Bolsonaro – é que seriam formalmente culpados, já que, ao contrário de Ulstra, foram condenados, mesmo que por um tribunal militar. Confrontado com o fato de que Mariguella foi executado pelo regime em uma emboscada sem qualquer julgamento, ele parece se desdizer: “O que é muito triste, não é? Isso aí eu também vou sempre condenar”, diz.

Com Deus, pela família

Camila Rocha distingue três tipos de movimentos de direita com mais expressividade no cenário atual. “Há esses liberais conservadores mesmo, que estão mais alinhados com a direita mais tradicional, religiosa, policialesca. Tem uma coisa meio de centro direita, que seriam esses liberais que estão sendo representados na política institucional pelo Partido Novo, que defendem um neoliberalismo na economia e não entram muito em costumes nem nessas discussões morais. E também um grupo menor, mas que cresceu, que são esses autodenominados libertários, neoliberais na liberação da economia e nos costumes”, aponta.

Encaixando-se no primeiro tipo de movimento descrito pela pesquisadora, o Revoltados Online faz coro, por exemplo, com uma das pautas que tem sido utiliza-

das pela direita para a disputa de terreno no campo ideológico: o Escola sem Partido (sobre isso, ler edição 44 da Poli). O serviço prestado na mobilização pelo impeachment e a relação com figuras proeminentes no governo interino credenciaram o grupo para uma das primeiras audiências do novo Ministro da Educação Mendonça Filho. Acompanhado do ator Alexandre Frota, Marcello Reis foi defender o projeto. “Nossas crianças têm que ser educadas e não doutrinadas por nenhuma ideologia, seja ela de direita ou de esquerda”, diz. Questionado sobre como, para o ‘Revoltados’, deveria ser o ensino nas escolas, Marcello responde que o tema está a cargo de outra militante do movimento. “Eu nem estou muito focado nisso, estou focado mesmo no impeachment e na prisão de Lula. Mas eu aproveitei para ir lá falar como Mendonça Filho, saber também como estava a educação do nosso país”, desconversa. Segundo ele, o ministro da educação se comprometeu a estudar o projeto que visa “combater a doutrinação nas escolas”. Marcello diz que, diferente do PT, o ‘Revoltados’ não faz doutrinação “porque não tenta convencer as pessoas”. “A gente não fica debatendo. Qualquer pessoa que entra no grupo, sendo de outro partido ou do PT, ou qualquer outra coisa, a gente já exclui porque a gente não está para discutir, entendeu?”.

O Escola sem Partido também é apoiado pelo porta-voz do grupo Vem pra Rua, Rogério Chequer. No entanto, segundo ele, pelo menos por enquanto, essa é uma defesa pessoal. “Eu sou um simpatizante do movimento Escola sem Partido. Acho que, de uma forma simples e sem prejudicar a educação de qualidade, ele fomenta um ambiente que é muito mais apropriado, principalmente para os estudantes mais jovens. Então, é uma pauta que nós ainda não abraçamos como movimento, mas podemos fazê-lo a qualquer momento”, diz.



Bolsonaro e Bia Kicis, do ‘Revoltados’, em audiência sobre o Escola sem Partido na Câmara

Estado mínimo

Para conceituar o que o ‘Vem pra Rua’ defende, Rogério Chequer se ancora na concepção de que o Estado é inchado, defendendo inclusive que a saúde e a educação devem estar a cargo do setor privado. “Eu acho que seria muito mais eficiente o Estado oferecer recursos para que as pessoas tenham acesso a uma educação de altíssima qualidade, que deveria ser fornecida pelo setor privado”, defende. Na saúde, na visão do líder do ‘Vem pra Rua’, deveria vigorar a mesma fórmula, o que, na prática, significa enterrar o Sistema Único de Saúde. “Contrate as pessoas que realmente conseguem. Organize a eficiência de um sistema para evitar a corrupção e ofereça essa saúde de qualidade a todo o mundo, principalmente aos mais necessitados”, defende.

No entendimento de outro grupo atuante na conjuntura recente, o *think tank* Estudantes pela Liberdade (EPL), o SUS também estaria descartado. O gerente do departamento de lideranças do EPL, Bernardo Vidigal, sintetiza o que os simpatizantes do que ele chama de “movimento libertário” pensam a respeito da saúde pública: “Acho que nenhum libertário defenderia um sistema como existe hoje no SUS. A maioria dos libertários defenderiam ou a privatização completa do sistema como uma solução ou o sistema de voucher, onde existiriam hospitais privados e o governo financiaria quem não tem possibilidade de pagar por hospital privado”. A defesa, segundo ele, seria a mesma para a educação.

Direita? Eu não!

Em julho de 2015, no auge das manifestações pró-impeachment, o fundador do ‘Revoltados’ participou de uma transmissão ao vivo pela internet organizada por um grupo chamado ‘Painel da Direita’, com Jair Bolsonaro e o escritor Olavo de Carvalho, uma espécie de ícone direita por seus posicionamentos contundentes contra as ideias de esquerda. Na apresentação da transmissão, a advogada Bia Kicis, outra administradora do ‘Revoltados’, apresentou os personagens como “titãs da direita”. Ela citou ainda alguns parlamentares que merecem o apreço do coletivo, além do próprio Bolsonaro: Ronaldo Caiado (DEM – GO), Bruno Araújo (PSDB-PE), Mendonça Filho (DEM- PE/atual ministro da Educação) e Onyx Lorenzoni (DEM – RS), todos citados como beneficiários de doações ilegais de empreiteiras. Marcello explica que a admiração se deve ao fato de esses parlamentares terem protegido o grupo em um dos protestos que realizaram em Brasília. Apesar de todas essas vinculações com os “titãs da direita”, no entanto, ele refuta o enquadramento do movimento neste espectro.



Protesto na Esplanada dos Ministérios durante a votação do impeachment pelo Senado

“Esses títulos direita e esquerda servem para trazer uma divisão, e às vezes uma animosidade entre as pessoas e elas ficarem realmente guerreiras”, opina.

O ‘Vem pra Rua’ também nega o pertencimento à direita, apesar da defesa liberal de um Estado mínimo, que segundo Chequer, deve ter primeiro uma fase de transição para não desamparar “uma parcela injustiçada da população”. “Eu acho que você usar como régua direita e esquerda hoje é algo que não ajuda em nada a caracterizar o movimento, ou uma pessoa”, diz.

Ao contrário de Marcelo Reis, Chequer faz questão de desvincular o movimento da defesa da ditadura. “Nós jamais fizemos qualquer tipo de coordenação, ou tivemos qualquer tipo de diálogo com os que defendem o intervencionismo militar. O fato de nós estarmos na mesma avenida em manifestações marcadas por nós não nos liga de forma alguma”, defende, apesar de muitas manifestações terem sido coordenadas em conjunto com o

grupo Revoltados Online. Em entrevista à Poli, Chequer se mostra surpreso com o fato de a intervenção militar ainda fazer parte do horizonte do grupo parceiro nos protestos: “O ‘Revoltados Online’ defendia a intervenção [militar] até 2014, mas foi antes da criação do Vem pra Rua. A partir do momento que nós começamos a organizar protestos [juntos], eles abandonaram [a defesa da intervenção militar], segundo nos informaram e informaram de diversas formas públicas. Em nenhum momento, durante esse processo todo, eu soube que isso era uma possibilidade para eles. Para te falar a verdade, eu estou escutando de você, agora, pela primeira vez, que isso faz parte de uma agenda deles, mesmo que seja de último recurso. Isso, para mim, é novidade”.

A Poli tentou falar com o MBL pelo facebook, já que o site do movimento não apresenta telefone, email ou qualquer formulário de contato, a não ser para filiação ou realização de doações. Diante da ausência de resposta, procurou ainda duas das lideranças do grupo, Kim Kataguirí, que não respondeu ao contato pelo facebook, e Renan Castro, através do telefone de uma produtora de vídeos ligada ao movimento, mas ele também não foi localizado.

Para onde caminha a nova direita

A pesquisadora Camila Rocha ressalta que a disputa pela política institucional tem sido também uma das formas de aposta da nova direita. “Eles procuram atuar numa espécie de frente política. Então, há candidatos e políticos que são alinhados à defesa do neoliberalismo distribuídos em vários partidos. Por exemplo, tem um deputado chamado Marcel Van Hattem no PP [Partido Progressista] de [Paulo] Maluf. No Movimento Brasil Livre, há candidatos pelo PSDB e pelo Democratas”, observa. Outra forma de atuação tem sido a aposta na reformulação de legendas identificadas com a direita, como o PSC e o PSL, e ainda

na criação de um novo partido, o Partido Novo. Segundo Camila, muitos do que hoje estão no Novo já haviam tentado sem sucesso a criação de um partido com ideias liberais no início dos mandatos do PT na presidência.

O Vem pra Rua e o Revoltados Online se autodefinem como movimentos suprapartidários. Em ambos, segundo seus idealizadores, membros que quiserem disputar cargos nas eleições precisam pedir desligamento. Na eleição presidencial de 2014, no entanto, o ‘Vem pra Rua’ fez campanha publicamente para Aécio Neves (PSDB-SP) no segundo turno. Segundo Chequer, a defesa de Aécio teve apenas a intenção de combater a eleição de Dilma. “Nós não apoiamos o Aécio. Nós apoiamos o adversário de segundo turno da Dilma. Teria sido qualquer pessoa. Para o primeiro turno, nós defendíamos que se votasse em qualquer candidato, menos na Dilma”, aponta. Chequer afirma ainda que não se identifica com o PSDB. “Eu tenho muita esperança que o Partido Novo se desenvolva como um partido que seja um dos símbolos de uma renovação política”, aposta, embora ainda não seja filiado. Nos cálculos dele, cerca de 20 pessoas se desligaram formalmente do ‘Vem Pra Rua’ para se candidatarem às próximas eleições municipais. As candidaturas são pelo PSDB, DEM e Partido Novo.

Para Camila, a diferença do Novo em relação a legendas declaradamente de direita, como o PSC, está no fato de que ele se apresenta como um partido que ignora as discussões morais. “O Novo foi fundado por um executivo do Itaú e chegou a agregar várias pessoas do movimento liberal. É muito parecido em termos de discurso e prática política com o partido do Mauricio Macri, presidente da Argentina, o Proposta Republicana (PRO). Basicamente, enfatiza empreendedorismo, uma melhor gestão, privatização, obviamente, de vários bens públicos, mas nessas questões morais, ele simplesmente não entra, fica meio em cima do muro”, define. Na página do Novo na internet, o partido afirma que temas polêmicos como a descriminalização do aborto e das drogas “vão ser debatidos no futuro, com os filiados”. No entanto, temas polêmicos associados a uma direita que ultrapassa a pauta liberal podem ser encontrados em textos de um dos mais conhecidos filiados do partido, o economista Rodrigo Constantino. Um exemplo é a defesa de que, apesar de todos os problemas, a ditadura militar foi necessária para impedir que o Brasil virasse uma Cuba.

Além do Novo, outra agremiação que tem sido o destino de lideranças do processo pró-impeachment é o PSL. “Essas pessoas que estão agora no PSL combinam o neoliberalismo no âmbito da economia com pautas morais progressistas. Então, vários deles participaram da Marcha da Maconha, defendem legalização do aborto, a adoção de crianças por homossexuais. E o interessante é que essas pessoas não se consideram de direita de jeito nenhum”, explica Camila. Os partidários do PSL se declaram “livres”, expressão que se combina com um visual moderno nas redes sociais e na própria página do partido.

Conexões

Outro alerta importante é que, segundo Camila, esses movimentos da nova direita brasileira têm vinculações com organizações estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos, e compõem, inclusive, a chamada Rede Liberal da América Latina.

O advogado e economista Fábio Ostermann é uma das chaves para se entender as relações entre esses diversos grupos e movimentos da chamada nova direita. Ostermann é fundador do Instituto ‘Ordem Livre’, que, conforme detalha Camila, começou como uma seção de língua portuguesa de um grande *think tank* estadunidense, o *Cato Institute*, do qual foi estagiário nos EUA. De volta ao Brasil, além

do ‘Ordem Livre’, ele fundou também o ‘Estudantes pela Liberdade’ (EPL), inspirado no homônimo estadunidense *Students for Liberty*. Do EPL, ele alçou um novo voo, tornando-se novamente protagonista de outra organização, o Movimento Brasil Livre – que liderou, junto com o Revoltados Online e o Vem pra Rua, os principais protestos pelo impeachment. Atualmente, Ostermann é candidato pelo PSL à prefeitura de Porto Alegre, além de diretor vice-presidente do Instituto Liberal, ao lado de Bernardo Santoro — aquele do programa da família Bolsonaro, do PSC —, e Rodrigo Constantino, incentivador e filiado ao Partido Novo.

Apesar de todas essas relações, o atual gerente do EPL, Bernardo Vidigal, garante que a organização não se mete com política: “O que a gente faz é treinamento de líderes e a gente não mexe diretamente com a política. Nunca vamos apoiar um político e nunca vamos também lutar por uma coisa como o impeachment. Mas empoderamos líderes estudantes para lutarem pela liberdade. E vários estudantes que a gente empoderou criaram o Movimento Brasil Livre. Lógico que a gente conhece muitas pessoas que estão no MBL porque passaram pelo EPL, foram treinadas pela gente, mas a gente nunca atuou junto do MBL em nenhuma das ações”.

A preocupação de Bernardo em separar o EPL do MBL tem razão de ser: qualquer vinculação direta que venha à tona pode resultar na perda de patrocínio, já que as organizações estrangeiras que fazem doações para o Estudantes pela Liberdade têm entraves legais para financiar movimentos que possam ser considerados político-partidários. O que o EPL faz, portanto, na concepção expressa por Bernardo, é “empoderamento”. A forma como ele próprio se aproximou da organização e ascendeu a um cargo remunerado é exemplo disso. Enquanto era estudante da Faculdade IBMEC,

em Minas Gerais, começou a participar de um grupo chamado Liberalismo e Democracia. “É quase como se fosse um curso pequeno de ciências políticas voltadas para as ideias de liberdade. E eu fui conhecendo mais o liberalismo, fui me apaixonando pela causa da liberdade, e aí eu resolvi virar um voluntário para tentar fazer mais coisas, ter um alcance maior e tentar fazer a diferença na minha universidade. Com o tempo, me candidatei também para uma vaga de emprego e fui contratado pela organização”, conta. O método de ascensão dentro da EPL inclui, como explica Bernardo, algumas métricas. Um dos programas é o de coordenadores voluntários: “A gente verifica se os coordenadores criaram grupos de estudantes, se eles realizaram eventos na universidade deles ligados ao liberalismo, a gente também verifica o alcance deles em mídia social e etc”.

O EPL vende camisetas e outros objetos que difundem as ideias liberais e combatem símbolos e pensadores ligados à esquerda. Uma das camisetas anunciadas traz Karl Marx sentado em várias caveiras. Outra, usando a tradicional fonte da Coca Cola, convida: “Curta Capitalismo”. “Basicamente a camisa é como se fosse um meme. Não é representativa de todas as nossas ideias. O que o libertarismo defende é o livre mercado, não necessariamente o capitalismo como é conhecido no Brasil. No capitalismo, como é conhecido no Brasil, existe intervencionismo, existe o governo atuando”, explica. A organização, segundo ele, conta com 1300 estudantes registrados em mais de 300 universidades do país. Chapas ligadas ao EPL já ganharam Diretórios Centrais de Estudantes (DCE), na Universidade de Brasília (Unb) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O Estudantes pela Liberdade recebe recursos da *Atlas Network*, uma organização estadunidense milionária dedicada ao fomento de *think tanks* de direita. Segundo reportagem publicada pela Agência Pública, em 2015, a Atlas aplicou em 2013 cerca de US\$ 595 mil em organizações na América do Sul. Na Venezuela, o governo de Hugo Chávez e do seu sucessor, Nicolas Maduro, acusam o Cedice, organização parceira da Atlas, de fomentar a oposição entre estudantes. Em entrevista à Pública, o vice-presidente do Cedice, Alejandro Chafuen, que esteve no Brasil para participar do Fórum da Liberdade e, de quebra, também de uma das manifestações pelo impeachment em Porto Alegre, negou as acusações do governo da Venezuela.

De acordo com o gerente do departamento de lideranças da EPL, partidos como o Novo e o PSL hoje representam o que pensa a organização, diferente das agremiações vinculadas à direita clássica. “Eu tenho assistido vários partidos da direita tradicional, vários políticos abraçarem essas ideias [liberais]. Eu acho isso ótimo, ver que as nossas ideias estão chegando ao *mainstream* da política, mas

eu não acho que essas pessoas representem o movimento. Teve um tempo atrás que circulou uma foto, por exemplo, do Bolsonaro, segurando o livro *As Seis Lições*, do Ludwig Von Mises. Mas pouco tempo depois ficou provado, a gente vê nas redes sociais, que ele não defende nenhuma dessas ideias”, desconfia.

Aliança entre liberais e conservadores

Num claro retrato do trânsito entre novos e velhos grupos da direita na atualidade, Bernardo Santoro, colega de Ostermann no MBL e no Instituto Liberal (IL), postou nas redes sociais uma foto sua e de Alexandre Borges, também do IL, ao lado de Rogério Vargas, Pastor Everaldo, Jair Bolsonaro e Flávio Bolsonaro, ambos do PSC e o último também candidato a prefeito no Rio. Junto com a imagem, Santoro comemora: “Vai ter aliança de liberais e conservadores. Vai ter amizade entre MBL e Bolsonaros. Vai ter IL [Instituto Liberal] fazendo plano de governo. Vai ter Bolsonaro prefeito. Vai ter Bolsonaro presidente. Só não vai ter esquerdista feliz”.

O que parece uma contradição na visão de outros liberais – a união com um partido conservador e fundamentalista do ponto de vista dos costumes –, para Santoro não é: “Eu entendo liberalismo como um fim e o conservadorismo como um meio. A sociedade tem que se preocupar sempre em promover a liberdade individual do sujeito, mas essa liberdade deve ser atingida de maneira conservadora, ou seja, com prudência, através da democracia, através de processos naturais de discussão, sem rompimento do tecido social, sem revolução, sem nada disso, sempre com prudência, através de método de tentativa e erro, discussão da sociedade”, defende. Segundo ele, estar em um partido que tem apreço por pautas moralizantes, como a militância contra a união civil e a adoção de crianças por homossexuais e a negação da discussão da diversidade sexual nas escolas, não é um incômodo. “Eu mesmo sou protestante. Então nunca me incomodou muito. E eu sou muito conservador na minha vida pessoal”, admite, explicando que o PSC tem hoje quatro pilares: a defesa da vida, a defesa da cultura da família tradicional, a defesa da liberdade econômica e da redução da máquina burocrática do Estado.

O PSC, que já lançou Bolsonaro como pré-candidato às eleições presidenciais de 2018, é, na concepção de Bernardo, o único partido de direita no Brasil. “Os outros vão no máximo até a centro-direita. O nosso objetivo principal precisa ser a capacitação técnica desse grande quadro de pessoas que entenderam a importância do resgate dos valores tradicionais, da liberdade econômica para que essas pessoas façam bonito quando tiverem oportunidade de fazer gestão pública do Brasil”, diz.



Manifestação pró-impachment em Porto Alegre

Das jornadas de junho à derrubada de Dilma

Para o professor do curso de gestão de políticas públicas da Universidade de São Paulo (USP), Pablo Ortellado, os protestos de junho de 2013 representam um marco para entender a reorganização do campo da direita. “Os protestos tinham dois componentes: um componente de defesa de direitos sociais – transporte, educação e saúde, basicamente – e um componente de crítica ao sistema de representação. Este segundo apareceu de várias maneiras: insuficiência da democracia, mas também a crítica desse sistema de representação por meio da crítica à corrupção”, detalha. O professor observa que, enquanto as primeiras bandeiras eram bem expressas pelo principal movimento que convocou os protestos – o Movimento Passe Livre –, a vertente da crítica à democracia representativa ficou, de certa maneira, órfã. “Foi essa orfandade que em 2014, sobretudo 2015, passou a ser mobilizada por grupos de direita”, completa.

A diferença está, entretanto, mais uma vez, na massa que saiu às ruas, que não pode ser considerada conceitualmente como de direita. “Fizemos pesquisa nas mobilizações de 2015 e 2016 e vimos com muita clareza, por exemplo, que as pessoas que estavam lá, num nível surpreendentemente alto, na casa de 98%, 99%, defendiam a saúde e educação públicas, universais e gratuitas em profundo desacordo com alguns dos grupos que estavam mobilizando, como o Vem Pra Rua, mas, sobretudo, o Movimento Brasil Livre, que defende privatização desses serviços públicos”, aponta. Desde então, analisa Ortellado, essas lideranças tentam converter essa mobilização em torno da crítica à corrupção numa adesão às concepções de direita. “Quem acompanha as páginas deles vê que estão tentando converter o antipetismo numa espécie de antiesquerdismo. Mas é um trabalho difícil, porque se junho é esse grande compromisso da sociedade rejeitando o sistema de representação, essa grande crise de representação política brasileira, ele também é a afirmação muito firme dos direitos sociais”, analisa.

Em concordância, o professor titular do Instituto Federal de São Paulo Valério Arcary pontua que muitas pesquisas já mostraram que, embora a classe média seja majoritariamente reacionária nos costumes, não é possível considerar que seja majoritariamente a favor de políticas liberais. “A ideologia dominante

na classe média é a ideia meritocrática de que a desigualdade é natural, e seu estatuto de classe média é natural. Ou seja, é um lugar que foi herdado pela progressão dos seus pais ou dos seus avós. Mas disso não decorre que a classe média esteja, por exemplo, a favor de privatizar as universidades públicas e cobrar mensalidades na USP ou na UFRJ. A classe média, como todas as classes, sabe muito bem onde estão os seus interesses”, afirma.

As fragilidades da esquerda em construir alternativas e o próprio papel desempenhado pelos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores explicam, para Rejane Hoelever, parte do que motivou o que ela chama de “direitização do senso comum”. “Com a última grande organização de esquerda, que é o PT, absorvendo algumas práticas tradicionais da direita e mesmo alguns discursos, isso torna a esquerda órfã dessa alternativa cultural à altura para enfrentar o quadro”, explica.

O que alimenta a nova direita

Como os acontecimentos que catalisaram essa nova militância são novos e o Brasil vive um cenário de indefinição, as análises são cautelosas. Para Valério Arcary, de fato houve um deslocamento da maioria da classe média para a direita. Mas é importante compreender que não se trata exatamente de um fenômeno novo na história do país. “Nós já vimos tanto a classe média se deslocar para a esquerda, como para a direita. A partir do final dos anos 70, com as pressões inflacionárias e a desaceleração econômica, a classe média deslocou-se à esquerda. Isso explica por que o Brasil teve entre 1975 e 1984 uma das mais poderosas organizações estudantis do mundo”, analisa. Arcary lembra que, após 1984, com o fim da ditadura e a campanha das Diretas Já, esse processo se encerrou e ocorreu novamente um giro à direita por meio da aliança

construída pelo PMDB em torno do governo Sarney e do chamado Plano Cruzado. Segundo ele, o quadro se torna mais favorável à esquerda novamente com a insatisfação das camadas médias com a superinflação para, depois, pender mais uma vez para a direita com o plano Collor, que teve o apoio de parte da classe média pelo alívio inicial no quadro de inflação. Arcary continua: “E aí nós vimos o apoio da classe média ao Plano Real, um deslocamento novamente à direita, um certo entusiasmo com o discurso do Fernando Henrique Cardoso da modernização, inclusive com simpatia pela satanização do funcionalismo público, a favor de um discurso de eficiência, competitivo, de integração do Brasil no mercado mundial”.

O historiador reforça que o diagnóstico deve levar em conta o passado para não correr o risco de superdimensionar os acontecimentos atuais. “O fato é que claramente, depois das eleições de 2014, há um setor da classe média que se desloca à direita empurrando o PSDB e os outros partidos que giram em torno dele como um satélite – que são partidos, digamos, insepultos, como os Democratas ou o PTB – para a decisão de derrubar o governo Dilma. E esse deslocamento expressa uma evolução desfavorável da correlação social de forças para os trabalhadores e cria uma base social, inclusive, para uma nova direita”, aponta.

Para a professora pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Virgínia Fontes, é preciso também levar em conta que a classe dominante no Brasil sempre teve dificuldades em mobilizar as massas. “O momento em que isso acontece mais, que não é de hegemonia da direita conservadora, mas da hegemonia do capital, é nos anos 90, com o governo FHC. Nesse momento, houve um ativismo burguês muito grande no sentido de capturar as pautas que eram clássicas da luta contra a desigualdade no Brasil”, analisa. Virgínia afirma que os governos do PT aderiram a essa modificação das pautas – como a guinada da luta contra a desigualdade para a luta pela inclusão, por exemplo –, favorecendo o campo da direita. “Entretanto, até alguns anos, essa direita não podia ser considerada um cão de guarda dos interesses da burguesia. Eu a caracterizava como um ganso de guarda, porque ela era muito barulhenta, mas não era ela quem estava no núcleo central das estratégias burguesas de adequação. Os mesmos caras que faziam essa política de adequação das pautas participavam desses grupos de extrema direita. Jorge Gerdau, por exemplo, vai fazer responsabilidade social, vai ser braço direito do governo Dilma, vai ser do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo e ao mesmo tempo vai estar lá no Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul”, sintetiza.

Segundo Virgínia, é preciso cautela no momento de dimensionar o tamanho da guinada à direita no país porque há várias hipóteses em jogo. Uma delas é o fato de as classes mais altas não terem um partido único que represente os seus interesses, embora o PSDB tenha tentado cumprir esse papel. “Nesse reino do ‘todo mundo compra todo mundo’, típico da burguesia, você tem um grupo grande de parlamentares cuja vida é fazer chantagem. Eles não são um partido de um setor de classe, são um partido de fragmentos chantagistas de determinados estados, de determinadas regiões ou de determinados setores. Eles não expressam nenhuma base imediata de classe. O PSC representa quem? O DEM representa quem? São partidos mais ou menos equipados, especialmente voltados para um jogo de chantagem, do qual o Eduardo Cunha era a maior expressão. Agora há uma espécie de rebeldia desse centrão”, afirma. É essa situação, segundo Virgínia, que cria o caldo para que os “gansos de guarda” avancem para ocupar o terreno.

Para Valério Arcary, não é possível afirmar que tenha surgido uma nova liderança ligada à chamada nova direita. “O que existe são os partidos evangélicos, o Bolsonaro, uma intelectualidade liberal que tenta o espaço por fora do PSDB, que seria, digamos, o seu endereço político previsível. Mas no momento não há nada que permita dizer que o PSDB perdeu o lugar que ele construiu, fundamentalmente, depois do fim da ditadura, um racha do PMDB”.

Virgínia Fontes concorda: “O cenário que se desenha até o momento é de falta de direção. Michel Temer era chamado de mordomo do Congresso e está sendo colocado em um lugar em que ele não tem os elos sociais. Então, está sendo sustentado por grupos muito heterogêneos que estão abrindo uma rapinagem alucinada. Agora, aonde isso vai dar? Esses grupos mais exacerbados da extrema direita não têm nenhum compromisso direto com a manutenção do próprio poderio burguês. Por enquanto, eles podem fazer e falar o que quiserem”, analisa.

Nesse sentido, de acordo com Virgínia, há vários perigos, inclusive o de a população que está perdendo direitos com o resultado de tudo isso reagir. “É óbvio que esses grupos de extrema direita têm cursos, têm organização, se aproveitaram muito bem disso. Mas eles têm condição de construir uma pauta eleitoral capaz de conduzir isso? Até aqui, não me parece. Têm condições de sustentar uma guinada à direita do governo definitivo Temer? Têm. A gente vai começar a assistir, por um lado, a truculência de uma extrema direita não só na retirada de direitos, mas também com violência no cotidiano, na vida social. E, ao mesmo tempo, tem que conciliar essa massa de aparelhos de responsabilidade social empresarial. A tendência é começar a existir tensão aí. Até porque, por quanto tempo a população vai ficar quieta?”. O

OS MÉDICOS E O IMPEACHMENT

Como e por que parte da classe médica brasileira apoiou o afastamento de Dilma Rousseff

Maíra Mathias

VALTER CAMPANATO / AGÊNCIA BRASIL



Médicos ‘enterram’ Dilma e Alexandre Padilha, ex-ministro da Saúde, em frente ao Palácio do Planalto, em 2013

Era véspera de uma sexta-feira 13, data de azar segundo a sabedoria popular. A crise política que se abateu sobre o país chegava a um de seus desdobramentos mais dramáticos. Em uma sequência rápida de eventos, naquele 12 de maio os brasileiros acompanharam o fim da sessão do Senado que decidiu pelo afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, à subsequente cerimônia de despedida da petista e a outro pronunciamento, feito desta vez por Michel Temer. Há poucas horas no exercício interino da Presidência da República, ele dava posse a uma equipe de 24 ministros – todos homens, todos brancos – ao mesmo tempo em que anunciava a extinção de pastas como Desenvolvimento Agrário e Cultura (para citar duas que, por pressão da opinião pública ou de aliados, viria a recriar depois). Enquanto a sociedade se descobria novamente rachada entre quem via o desenrolar de mais um golpe contra a democracia e quem via um simples procedimento jurídico, uma categoria profissional deixou clara sua posição. Naquele mesmo dia, duas entidades médicas se colocaram “à disposição” para contribuir com os “desafios” do governo Temer.

A carta de boas-vindas assinada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Associação Médica Brasileira (AMB) não foi o único gesto das entidades da classe médica durante a crise política. A Federação Nacional dos Médicos (Fenam), por exemplo, divulgou nas redes sociais a campanha ‘Saída da Dilma: fim da perseguição da categoria médica e sabotagem do SUS’. Já o presidente da AMB, Florentino Cardoso, vai além

de argumentos corporativos ou do campo da saúde para explicar por que a entidade apoiou o afastamento. “O Brasil estava à deriva por um governo e um partido mergulhado em corrupção, levando o país para um regime autoritário, caminhando para o bolivarianismo”, sustenta. Para o presidente do CFM, Carlos Vital, com Temer no Planalto “existe afirmação de governabilidade, feita de modo coerente com o Estado Democrático de Direito”.

A mais contundente atuação das entidades, contudo, se deu em março. A divulgação da conversa telefônica em que Dilma informa Lula sobre o envio do termo de posse – documento que oficializava a nomeação do ex-presidente para a Casa Civil – e recomenda que ele o use “em caso de necessidade” mereceu nota

do CFM que entendeu que “as circunstâncias governamentais e políticas” do episódio abalavam “os pilares do Estado Democrático de Direito”. Embora juristas e o próprio ministro relator da Operação Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, tenham atentado para a ilegalidade constitucional cometida pelo juiz federal Sérgio Moro por ter autorizado – e divulgado – o grampo de um presidente da República, o Conselho afirmou na nota o apoio “às investigações”, “conclamando” médicos e população a lutarem pelo “restabelecimento da ordem jurídica” determinada pela Constituição.

AAMB foi além: entrou com uma ação popular na Justiça Federal de Brasília pedindo a suspensão liminar do decreto que nomeava Lula ministro da Casa Civil. No dia 18 de março, horas depois da cerimônia que empossou o ex-presidente, a liminar foi concedida pelo juiz federal Itagiba Catta Preta sob a justificativa de que Lula no cargo oferecia risco para as investigações. No dia 16 o magistrado havia divulgado nas redes sociais uma foto sua numa manifestação com a bem-humorada legenda: “Ajude a derrubar a Dilma e volte a viajar para Miami e Orlando. Se ela cair, o dólar cai junto”. A suspensão definitiva foi deferida pelo ministro do STF Gilmar Mendes. A Associação Médica Brasileira comemorou o desfecho com hashtags – #AMBcontraLulanaCasaCivil era uma – e declarações: “Estamos muito satisfeitos com essa vitória, que não é somente da AMB, mas do povo brasileiro”.

O episódio do grampo de Lula e Dilma também levou a Fenam a manifestar sua posição diante do que chamou de “crise política, econômica e moral”. Além do apoio “total e irrestrito” ao juiz Sergio Moro, a entidade se declarou “assombrada e estarecida com o tamanho do roubo promovido contra os cofres públicos”, mas garantiu que a “decência vencerá o crime”. O tom apaixonado é o mesmo de 2015, quando a Federação inaugurou em seu site uma seção dedicada às manifestações contra o governo afastado. “O que está fazendo o Brasil acordar? Primeiro a grandeza de nossa sociedade, que apesar de ser massacrada diariamente como machista, homofóbica, racista, elitista, e até estupradora, se descobre vítima de uma tentativa de amordaçamento, para que derrotada em sua autoestima, possa ser dócil ao poder”, escreveu Geraldo Ferreira, que atualmente é diretor do sindicato, mas na época ocupava a presidência da entidade. E concluía: “o país se redescobriu admirando valores tradicionais como verdade, honestidade, ética, família, religião, justiça, democracia, meritocracia e liberdade. Atingido esse estágio, o reino da fantasia e da mentira necessariamente tinha que ruir”.

Outros grampos vazados pelos investigadores não ganharam a atenção das entidades. Nenhuma nota foi emitida quando vieram a público as conversas gravadas por Sergio Machado, ex-presidente da Transpetro, com caciques do PMDB como José Sarney, Renan Calheiros – presidente do Senado – e o senador Romero Jucá. Na mais comprometedoras dessas gravações, Jucá diz que o impeachment seria a “saída” para que um futuro governo Michel Temer construísse um “grande acordo” a fim de “estancar a sangria” que a Operação Lava Jato vinha provocando na classe política. A divulgação da conversa resultou na queda de Jucá, que viria a ocupar o Ministério do Planejamento no governo interino. Desde então, esses grampos são considerados pela imprensa internacional e setores da sociedade como indícios que esclarecem as motivações por trás do impeachment. Mas o CFM, por outro lado, não tem dúvida. Em resposta à Poli sobre a posição da entidade sobre o afastamento, Carlos Vital disse que “as decisões legislativas” foram “tomadas de forma democrática e dentro de esboços padrões da legalidade”.

Ascensão conservadora

Uma fonte ligada ao movimento médico sindical que pediu para não se identificar localiza no início dos anos 2000 a ascensão conservadora dentro do movimento médico. Segundo ela, os marcos desse processo teriam sido as gestões de Edson de Oliveira Andrade no CFM e de Eleuses Paiva [hoje deputado federal pelo PSD-SP] na AMB. “Até então havia uma discussão progressista sendo feita pelos conselhos regionais e sindicatos, com lideranças que colocavam em primeiro plano a defesa do SUS e do direito do paciente. Mas a

dobradinha CFM-AMB foi transfigurando essa discussão”. A virada teria se dado com um discurso de matiz corporativo apoiado em dois pilares: “Primeiro um chamariz moral de que quem faz medicina tem a índole boa, ao mesmo tempo em que trouxe um tom agressivo de que os médicos estavam sendo atacados no seu exercício profissional, que o governo brasileiro e as próprias entidades médicas vinham sendo invadidas pela esquerda. Isso no governo FHC [Fernando Henrique Cardoso]”, conta. Ironicamente, uma das preocupações das entidades na época era a chegada de médicos cubanos contratados por estados como Tocantins, Roraima, Acre e Pernambuco para atender no interior. “O [José] Serra, como ministro da Saúde não atacou a iniciativa”, destaca.

Contra os ‘ataques’, o CFM lançou uma campanha que tinha uma mão com uma luva e cada dedo era uma reivindicação. Entre elas, a criação da Lei do Ato Médico, que garantiria a primazia de diagnóstico e prescrição do tratamento à categoria. “No final dos anos 1990 já se sabia que o número de médicos no interior era insuficiente frente à expansão do SUS através do então Programa de Saúde da Família. Além da vinda de médicos estrangeiros, já existia uma discussão de que outras categorias assumissem maior protagonismo no PSF em regiões pobres onde era difícil fixar o médico, tomando como base protocolos da própria OMS [Organização Mundial da Saúde] segundo os quais outros profissionais da saúde tinham a possibilidade de fazer pequenos diagnósticos, prescrever medicação. Isso era visto como um ataque frontal aos médicos”, diz a fonte. Já no Sul-Sudeste, continua ela, a demanda era incluir outros profissionais – psicólogo, fisioterapeuta – em um trabalho cada vez mais feito em equipe. “E aí surgiram as primeiras residências multiprofissionais. Isso também foi visto como um ataque porque a residência era uma especialização em serviço que só a categoria médica tinha. Era um dos grandes ‘patrimônios’ na lógica de corporação de ofício da medicina”.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao Planalto reforçou o discurso das

entidades de que a medicina estava sob ataque da esquerda. “Você vai ter ministros ligados ao movimento da Reforma Sanitária, vai ter dentro do Ministério a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde [SGTES] com o pessoal do Rio Grande do Sul, que era quem defendia residência multiprofissional. No Ministério da Saúde não teve tentativa de conciliação em relação aos interesses da categoria médica”, situa a fonte, em referência à tese compartilhada por muitos analistas de que os governos do PT tiveram como base de sustentação uma política de conciliação de interesses.

2013: o embate

Isso porque ao mesmo tempo em que empresários e o setor financeiro eram contemplados com isenções fiscais, desonerações, juros altos, a parcela mais numerosa da população ganhou benefícios sociais, aumento real no salário mínimo, crédito fácil para consumir. Ainda segundo essa linha de análise, as manifestações de junho de 2013 teriam demonstrado um esgotamento desse ciclo político. Mobilizações primeiro contra o aumento nas tarifas do transporte público, os atos cresceram em número e tamanho, chamando atenção para a falta de investimentos nos serviços públicos enquanto bilhões eram direcionados para Copa e Olimpíadas.

Com a popularidade abalada – uma queda de 27% em três semanas segundo o Datafolha –, Dilma Rousseff entrou em cadeia nacional de rádio e TV para dar uma resposta à ‘mensagem direta das ruas’. “Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar”, disse a presidente. A solução do governo federal a esse “mais” foram três promessas: a elaboração de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana, a destinação de 100% dos recursos do petróleo para a educação e, por último, “trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde”. Era o início do Programa Mais Médicos.

Hoje com três anos, o Mais Médicos, por diversos motivos, entrou em rota de colisão direta com parte da categoria, ao mesmo tempo em que acendeu a paranoia de setores da sociedade que viram no acordo com Cuba o prólogo de uma ‘revolução comunista’ no Brasil. “O programa é politiquero e eleitoreiro, 2013 foi um pano de fundo para justificar um projeto que já existia há muito tempo. Nós já sabíamos que tinha pessoas do governo indo a Cuba, nós já sabíamos que tinham médicos em Cuba tendo aulas de português para virem para o Brasil. Esse projeto já estava desenhado, foi só uma justificati-

va para acelerá-lo sem nenhuma transparência, sem respeito adequado aos direitos do cidadão em relação às leis brasileiras”, critica Florentino Cardoso, da AMB, em referência à mudança instituída pelo programa de que os médicos formados em universidades estrangeiras não precisam passar pela avaliação (conhecida como Revalida) para atuar no país.

“Quando o programa foi anunciado o foco das entidades era, nessa ordem, a questão dos médicos cubanos e a vinda de médicos estrangeiros sem revalidação do diploma. Depois elas passaram a se preocupar com a expansão das escolas de medicina por uma questão de reserva de mercado. Esse ponto para nós sempre foi o principal problema. Não porque a gente seja contra o aumento do número de médicos no país, mas pela forma como foi proposto. Das 11 mil vagas de expansão anunciadas, oito mil se dariam por meio de instituições privadas. Isso causou um *boom* da mercantilização da educação médica, que já vinha acontecendo, com reforço do perfil elitizado do médico. Para se manter no curso, o estudante precisa ter condições de desembolsar valores extremamente altos: seis, oito, até 14 mil reais. O FIES [Financiamento Estudantil] praticamente não existe. Vamos aumentos abusivos de mensalidade, cursos de má qualidade, desestruturação dos projetos pedagógicos e uma formação médica distante das necessidades do SUS”, elenca Danilo Amorim, presidente da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem) – única entidade oficial da categoria que se posicionou contra o impeachment. “Durante os governos Lula e Dilma não houve um comprometimento claro com os interesses da classe trabalhadora e tampouco efetivação do direito universal à saúde. Foi um período em que se acirrou o subfinanciamento e o sucateamento do SUS. Dito isso, não fazemos a leitura de que tanto faz Dilma ou Temer. O atual governo – na nossa avaliação ilegítimo – promove um ataque ainda maior aos direitos conquistados pelo povo brasileiro”.

Além do Mais Médicos, que alcançaria 84,3% de aprovação popular em novembro de 2013 segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes, o governo Dilma mexeu em outro vespeiro. Em julho, a presidente vetou artigos da lei 12.842, conhecida como ato médico, dentre os quais o que dizia



TÂNIA RÉGO / AGENCIA BRASIL

No Rio de Janeiro, médicos foram as ruas contra a contratação de estrangeiros em 2013

que o diagnóstico e a prescrição terapêutica são atos privativos desses profissionais.

Mario Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), estuda perfil e distribuição dos médicos no país. Para ele, embora o antagonismo com os médicos brasileiros tenha sido útil ao governo por certo período, acabou por radicalizar o corporativismo e endossar lideranças conservadoras. “O posicionamento a favor do impeachment foi o final de um tensionamento que, se por um lado revelou esse conservadorismo e até essa posição radical corporativa, do outro deixou claro um entre tantos erros, expressão dessa dificuldade que o governo tinha de se aproximar das entidades da sociedade civil, até mesmo dos movimentos sociais. É grave que o governo não tenha compreendido a diversidade da categoria médica e a essencialidade desses profissionais para sustentar o projeto de SUS que nós queremos. Preocupa a demonização da categoria médica como um todo. Se os médicos não estiverem como aliados vai ser muito difícil”, argumenta. Com quase 300 mil médicos em diferentes vínculos, o equivalente a 63% da categoria, o SUS é o maior empregador desses profissionais no Brasil.

Novas no pedaço

Os médicos são a única categoria profissional que tem três braços representativos: o sindical, o associativo e os conselhos. Fenam, AMB e CFM formaram até pouco tempo uma espécie de trindade que, entre alianças e cisões, desempenhou sem concorrência o papel de representantes dos mais de 410 mil médicos brasileiros. De uma forma ou de outra, o maremoto provocado por 2013 viria a mudar isso também. Os desgastes não se limitaram à relação com o governo, mas também das entidades com suas bases. No braço sindical, um racha provocou a criação da Federação Médica Brasileira que hoje representa cerca de 200 mil médicos. Mas é do universo virtual que vêm as críticas mais pesadas. As redes sociais abriram uma janela de oportunidade para o surgimento de entidades pouco ortodoxas que surfam na onda de descontentamento da classe médica com seus representantes oficiais e com os governos do PT.

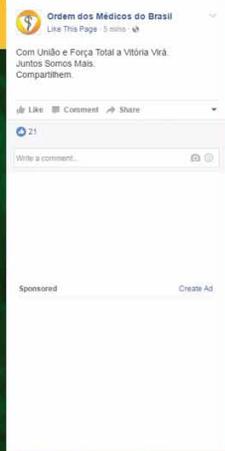
À primeira vista pouco distinguível da comunidade de médicos mais famosa

da internet brasileira – o grupo do Facebook Dignidade Médica, que se notabilizou por pregar “holocausto” e “castração química” para os eleitores de Dilma Rousseff no Nordeste do país –, a Ordem dos Médicos do Brasil (OMB) surgiu em 2013. A entidade tenta colar sua imagem à Junho (no vídeo institucional que explica os motivos da sua criação aparecem imagens da manifestação que tomou o teto do Congresso Nacional), mas está distante da contestação ao *status quo* do movimento. Com 105 mil curtidas no Facebook, a OMB exalta a memória do coronel Carlos Alberto Ustra e detona a figura de Carlos Mariguella. Faz campanha diuturna pelo impeachment de Dilma e pela prisão de Lula. Em abril deste ano, a entidade projetou no prédio do STF uma mensagem de “SOS” para as Forças Armadas. Em maio foi recebida pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros.

Na ocasião, divulgou que estava levando para a reunião os dez problemas da saúde brasileira “já com as dez soluções”. Entre elas, o “estímulo às parcerias público-privadas”. O objetivo da OMB é “ser a voz política” de médicos e estudantes “com representação em todas as esferas de poder e junto à sociedade”. Porque, segundo um texto da Ordem, as entidades tradicionais “foram incompetentes” na articulação política: “Porque se tivessem competência o Mais Médicos não existiria”. Embora queira se firmar no cenário nacional, a OMB não tem endereço nem telefone. Para contatar seu presidente, Dhiogo Seronni, a Poli ligou para seu local de trabalho, uma clínica particular em Anápolis (GO). Ao fim de semanas, ele não atendeu o pedido de entrevista da reportagem. A entidade é heterodoxa também nos seus processos internos. Foi uma empresa que traçou a estratégia de atuação da OMB. “Foi esclarecido pelo Raphael Ribas, da Wiki9, qual o posicionamento da OMB em comparação às outras entidades já existentes que representam a classe médica. Logo após, o Ricardo Saboya, da Wiki9, apresentou o Estatuto Social da OMB esclarecendo as suas principais regras e estrutura”, informa uma ata divulgada em maio de 2014.

No movimento estudantil, outro grupo também se organiza para disputar espaço com a tradicional Denem. Mas, ao contrário da OMB, a Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil (Aemed) não é uma *outsider*. Sua articulação começa em 2013 com o estímulo político e financeiro da Associação Médica Brasileira. A Aemed já foi recebida por dois ministros da saúde: Marcelo Castro e Ricardo Barros. Segundo seu presidente, Vinicius de Souza, nessas ocasiões apresenta “propostas e alternativas para a saúde”, principalmente a revisão do Mais Médicos. Desde abril, contudo, divulga um novo projeto chamado Liberdade na Saúde. “O projeto quer discutir saúde e medicina no Brasil de uma maneira livre,

MENT APROVADO!
SOS JUNTOS
CONSTRUIR
BRASIL!



Em sentido horário: OMB comemora o afastamento; em abril de 2016 projeta no prédio do STF um SOS para as Forças Armadas; Aemed vincula governo Dilma a luto; e Fenam cita perseguição e sabotagem em campanha pelo impeachment

sem nenhuma amarra, sem preconceitos. É falar um pouco mais sobre o modelo de saúde que a gente tem no Brasil, as falhas dele e como melhorar se inspirando no que se vê lá fora”, diz Vinicius, citando como exemplo o sistema de saúde dos Estados Unidos, considerado pelo movimento sanitário um dos mais desiguais e caros do mundo.

A entidade tem afirmado que o SUS é inviável e insustentável economicamente. “O Sistema Único de Saúde se propõe a ofertar praticamente todas as necessidades de saúde para qualquer habitante do país ou até mesmo pessoas que vêm de fora. A nossa preocupação do insustentável financeiramente é que achamos que não vamos chegar ao equilíbrio entre demanda – porque a saúde é uma demanda infinita – e financiamento. Será mesmo que vai existir um ponto em que as demandas de saúde de um país gigantesco como o nosso vão atingir um financiamento adequado? Isso a gente fala para levantar a ideia de que não é apenas o financiamento o problema”, diz Vinicius. Segundo ele, no entanto, o objetivo não é colocar em xeque a universalidade do sistema. “A questão não é nem universalidade. Nós queremos colocar em discussão se nós conseguimos pensar em um modelo de financiamento que é capaz de levar a saúde de maneira adequada para todos os habitantes do país com os impostos que são pagos hoje”, avalia voltando para o tema do financiamento que, segundo ele mesmo, não era o foco principal.

Apesar de ser divulgado como um “documento” e de a assessoria de imprensa da entidade ter adiantado que se tratava de um modelo de projeto de lei a ser apresentado em casas legislativas do país, Vinicius esclareceu que o Liberdade na Saúde por enquanto é um evento que deve acontecer no final de setembro em Porto Alegre. A partir daí, a Aemed pretende disparar um “trabalho de base” em todo o país. Entre os palestrantes está o deputado estadual Marcel Van Hattem (PP-RS), celebrado pelos estudantes em um vídeo gravado no gabinete do parlamentar como “uma grande referência do liberalismo nacional”. “O momento é de crescimento exponencial desses ideais liberais e a sociedade clama por mais liberdade, por menos presença do Estado. E nós vamos envolver os estudantes de medicina, que é uma área tão propensa a isso, neste processo de crescimento do liberalismo”, disse Fernando Machado, diretor nacional da Aemed, no vídeo.

Vinicius, que estava presente na ocasião, recusa a caracterização. “Não temos necessidade de cair nessa definição: ‘somos uma entidade liberal’, ‘somos uma entidade de esquerda’. Nós somos uma entidade que preza por liberdade no sentido de você poder pensar qualquer coisa dentro dela”. Mas embora a Aemed afirme em vários textos que busca uma medicina “imune às posições ideológicas ou partidárias” e Vinicius afirme que a entidade é “com certeza” apartidária, ela fez campanha para Aécio Neves nas eleições presidenciais passadas. Ele explica: a entidade é “apartidária” e “suprapartidária” ao mesmo tempo. “Ter um posicionamento suprapartidário não é a mesma coisa que não ter posicionamento. O senador Aécio Neves, na época, foi o que se mostrou mais aberto para um debate e tinha as propostas no sentido de reavaliar a lei do Mais Médicos”, diz. Ao ser perguntado se a entidade havia apoiado o impeachment, Vinicius devolveu a pergunta: “Teve um posicionamento sobre o impeachment em alguma nota?”. Lembrado pela reportagem que sim, na nota ‘A Medicina está de alma lavada’, ele complementou: “Nós acreditamos que o impeachment era válido pelo crime das pedaladas fiscais”.

Em sua página no Facebook, a Aemed divulga posições. Apóia o projeto Escola Sem Partido e a CPI da União Nacional dos Estudantes (UNE). “Vários assuntos têm entrado em pauta, nós estamos sempre tentando emitir uma nota ou outra para mostrar que estamos preocupados com a discussão”, explica. Contudo, propostas concretas do Ministério da Saúde que ganharam visibilidade nacional, como a criação de um plano de saúde popular, seguem sem posição definida. Vinicius justifica: “Apesar de já termos discutido isso entre nós, acabamos nunca chegando a um posicionamento. Quem sabe em outra oportunidade, se levantar de novo esse debate. Nós queríamos abordar [isso] nessa discussão [do] Liberdade na Saúde [mesmo] antes de o ministro falar porque é um modelo que alguns países usam, os tais vouchers. Como eu digo, para fazer um debate sobre sistema de saúde nós temos que ter conhecimento de que existe esse plano de saúde com esses vouchers que o ministro quer tentar aplicar no país”.

Ao longo da crise política também se constituíram movimentos de médicos contra o impeachment. O Grupo Médicos Pela Democracia, criado no dia 24 de março no Facebook e hoje com três mil membros, tem atuado publicamente. A uma semana da consumação do afastamento de Dilma Rousseff, enviou aos senadores uma carta aberta em que defendia que “impeachment sem crime de responsabilidade é golpe”. Na contramão dos argumentos que apontam que a crise econômica é razão para rever os direitos constitucionais que o Sistema garante, o grupo destacava o feito de que “mesmo cronicamente subfinanciado” o SUS “é capaz de ofertar desde ações de atenção básica até cirurgias cardíacas e transplantes”, atendendo 80% dos brasileiros que dependem exclusivamente dele. “Retornar ao passado com o discurso de que as limitações orçamentárias exigem uma ‘mudança constitucional’ retirando direitos sociais duramente conquistados é apostar na barbárie. Somos de fato um país rico, mas ainda profundamente desigual. Será que aprofundar as desigualdades faz parte do Brasil que queremos?”, questionava a carta aos senadores. O

'A ELEIÇÃO VAI SER MAIS UM CAPÍTULO NESSE PROCESSO DE RETROCESSO SOCIAL E POLÍTICO'

André Antunes

As eleições municipais de 2016 acontecem em meio a um cenário político dos mais conturbados da história do país, com denúncias de corrupção da Lava-Jato atingindo quase todos os partidos, um processo de impeachment visto por parte da população como golpe, e em meio às propostas contrarreformistas conduzidas pelo governo de Michel Temer. O que esperar em outubro?

A eleição se dá em um momento de refluxo muito forte de qualquer agenda de direitos. A população não tem mais expectativa de avanços de direitos junto aos governos. Não só pelo descrédito nos políticos, mas pelo próprio curso da ação dos governos que se colocaram como populares e não apontaram para essa defesa de direitos, para fortalecer o sistema de saúde, para fortalecer a educação pública. Não há projetos. Não há uma perspectiva da defesa de direitos constitucionais. O comportamento do eleitor se dá em uma lógica pragmática. Essa ideia de que o que importa é a retomada de investimento e crescimento está muito incorporada pela população. O mais dramático é que a educação política desse período é um pouco esse discurso hipócrita do Temer: "não reclame da crise, trabalhe". Nesse cenário de baixa das expectativas, qualquer coisa mais concreta que possa ser oferecida, mesmo em uma lógica de serviço para atender uma carência imediata, ganha votos.

E como você está vendo essas eleições sob a égide da Operação Lava-Jato?

Para mim está claro que a Lava-Jato vai refluir pós-impeachment. Também é muito preocupante do ponto de vista institucional e republicano a forma como boa parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal vem se comportando. Essa negociação de aumento dos salários dos magistrados junto ao Congresso no contexto do impeachment é vexatória. Mas, voltando para a classe política, a Lava-Jato penderá seletivamente sem dúvida. Mesmo todos sabendo que PMDB, PSDB, todos estão enfiados nessa corrupção sistemática, obviamente quem vai pagar o pato vai ser o PT. Recentemente, o [juiz federal Sergio] Moro ganhou o prêmio de pacificador do Ministério da Defesa. Acho que é isso mesmo. Ele ajudou a criar essa situação política, foi útil nesse contexto e agora vai ser útil também como o pacificador do pós-impeachment.



JOÃO ROBERTO LOPES PINTO

Centenas de milhares de pessoas ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras em 2013 para, entre outras coisas, denunciar um sistema político incapaz de representar os interesses de boa parte da população. Indistintamente, os partidos políticos foram recusados, negados na sua própria forma. Parte dessa energia se canalizou para novos modos de organização da esquerda, de teor anarquista. Outra parte desaguou em movimentos de direita (leia matéria na pág. 8), alguns dos quais agora, cederam à tentação das urnas. O grosso da população simplesmente não acredita mais na política. De lá para cá, uma minirreforma política mudou algumas regras eleitorais, sem mexer no essencial. A Lava Jato apontou o envolvimento de quase todos os partidos em esquemas de corrupção. E o Brasil assistiu ao impeachment de uma presidente eleita, num processo que, embora tenha seguido todos os trâmites legais, foi denunciado por muitos como uma manobra jurídica para consagrar um golpe político.

É em meio a esse verdadeiro caldeirão que acontecem, agora em outubro, as eleições para prefeituras e câmaras municipais no Brasil. O descrédito da política, o futuro imediato do PT, o lugar do PMDB e o papel desempenhado pelos partidos e grupos mais conservadores são temas que João Roberto Lopes Pinto aborda nesta entrevista. A partir da conjuntura atual, o cientista político, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e da PUC-RJ, aponta os interesses econômicos envolvidos e explica que o combate à corrupção e a defesa da democracia requerem a desprivatização do Estado.

Considerando que estamos a pouco mais de um mês das eleições, você avalia que o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff deve influenciar o pleito?

A questão federal está atravessando o debate municipal, principalmente nas capitais, sem dúvida. Os partidos de esquerda vão ter muita dificuldade do ponto de vista eleitoral. Por quê? Primeiro, porque em boa medida ainda são identificados ao petismo. A desqualificação da esquerda vai ser feita através do PT. O discurso conservador de direita vai usar esse antipetismo disseminado na sociedade para ajudar a combater qualquer discurso mais progressista, em favor de direitos, em favor de mudanças. Vão dizer: ‘Todos vocês representam o petismo. O PT deu no que deu. Vão tentar repetir a experiência petista’. Leva todo mundo junto. E o PT sem dúvida perde força eleitoral nessas eleições. O lulismo busca se preservar. Lula está aí sacrificando Dilma para todo mundo ver. Então vai se preservar o Lula como uma liderança que continua no jogo e o PT vai ficar, como já estava, a reboque. A preservação do Lula visa 2018. Para essas eleições, o PT vai sofrer também certo abandono da figura do Lula que, nesse momento, não é um grande cabo eleitoral. Seu capital político está, digamos, intransferível. Esse capital deve ser acumulado, revisto, qualificado lá para 2018. E pensando as eleições municipais como termômetro para 2018, do ponto de vista progressista, me parece que as temperaturas serão muito baixas.

Na esteira da chamada onda conservadora, quais as perspectivas de partidos e candidatos que defendem propostas ligadas à extrema-direita se apresentarem como alternativas nessa eleição?

A eleição vai ser mais um momento dessa onda conservadora e mais um capítulo nesse processo de retrocesso social e político. Esses setores mais conservadores no PMDB, PSD, DEM, PSC terão um sucesso maior nesse contexto eleitoral também por conta do antipetismo. Embora haja um reconhecimento geral de que todos estão envolvidos na corrupção, a população ficou com essa coisa muito bem trabalhada pela mídia, do ponto de vista do imaginário. A tendência é o conservadorismo que já havia se revelado para a Câmara Federal. Esse tipo de político, de base eleitoral dos municípios, no mínimo se mantém. Mas acho que o quadro tende a se agravar. Tem que ter paciência histórica, entender que o momento que estamos vivendo é de muito retrocesso político. E não me parece que seja conjuntural, tem um caráter duradouro aí.

A ascensão do conservadorismo dos Bolsonaros e Malafias da vida é grave, mas me parece que é a espuma de algo mais grave, que é um conservadorismo inalterado

no país, que mantém inalterada uma lógica de privilégios que se mostra em toda sua força agora no governo Temer. O conservadorismo que se revela através de Bolsonaros da vida é a ponta de um iceberg onde estão submersas as elites encasteladas que os usam como cães de guarda. Eduardo Cunha é um cão de guarda, o Bolsonaro é um cão de guarda. É a lógica do cão de guarda. O que tem hoje de força progressista organizada no debate público se articula em torno de temas importantes, mas que dialogam exatamente, na minha visão, com esses elementos que estão mais na superfície do nosso conservadorismo. Escola Sem Partido, por exemplo. As pessoas estão lidando com os cães de guarda que levantam essa agenda conservadora mais abjeta. Eles são inimigos, mas estão defendendo o inimigo principal e a gente não está conseguindo ultrapassar. A tarefa da esquerda é ultrapassar. Quando o [Benjamin] Steinbruch [presidente da CSN e vice-presidente da Fiesp] diz que “o trabalhador pode escolher não almoçar”, é esse o pai do fascista, é a serviço dele que o fascista está. Esse discurso fascista está resguardando o poder econômico. Então, se a gente ficar achando que está fazendo uma agenda de esquerda defendendo o antifascismo – olha que tristeza – a gente não vai tocar lá no capital. Isso não é economicismo, é a realidade.

Você disse que o PT deve ser o partido mais prejudicado por essa crise nas eleições municipais. E o PMDB?

Eu gosto de um autor que fala da figura do partido de governo. O partido de governo é uma correia de transmissão desses grandes interesses de grupos que se encastelam na estrutura do Estado. São as grandes empresas trabalhando com a alta burocracia para garantir seus interesses na área de saúde, energia, mineração etc. O PMDB é o grande partido de governo nesse sentido, é o que assegura essa conexão mais diretamente. É claro que alguns setores dessa alta burguesia se articulam com a burocracia por via do PSDB, por via do próprio PT, como fizeram JBS, Odebrecht. O PT fez essa composição, foi afastado, mas quer voltar também [como] partido de governo, nessa linha de conexão com os grandes grupos privilegiados. Mas o fato é que o grande partido de governo, aquele que articula o domínio dessa classe privilegiada sobre o Estado, é o PMDB. Então ele vem se constituindo assim e está no interior da máquina. Mas qual máquina? Da máquina da alta burocracia do Estado.

Grande parte desse sucesso do PMDB como partido de governo tem a ver com essa articulação que o partido é capaz de fazer no nível regional, nível municipal, não?



O ESTADO FOI PRIVATIZADO NÃO NO SENTIDO DE QUE ACABOU: ELE FOI PRIVATIZADO VIVO. NÃO MATARAM PORQUE PRECISAM DO ESTADO PARA PEGAR SEU ORÇAMENTO, MUDAR SUA LEGISLAÇÃO PARA SERVIR AOS INTERESSES DE MONOPOLIZAÇÃO E DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA

O domínio dos municípios é fundamental. No estado do Rio de Janeiro, quem manda no PMDB é a família Picciani. Porque domina os municípios, tem um trabalho direto nos municípios fluminenses para assegurar os votos, apoios e tudo mais. Dessa forma, consegue ir para Brasília, elege Leonardo Picciani deputado federal, que vira líder de governo e, agora, consegue altos cargos no governo. O PMDB tem o domínio da máquina e articula interesses de grupos privados no nível federal e no nível subnacional. Assim como você tem a Odebrecht no nível federal, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, você tem, no nível estadual, municipal, a carioca Nielsen, a Carvalho Hosken. O PMDB do Eduardo Paes é articuladíssimo com esse grupo de incorporadoras e imobiliárias do Rio de Janeiro, particularmente esses donos da Barra da Tijuca. É só ver os investimentos das Olimpíadas, todos eles concentrados, direcionados para a Barra. E o fim do financiamento empresarial de campanha está longe de ser solução nesse caso. O Pedro Paulo [candidato à prefeitura do Rio pelo PMDB] já está com R\$ 2,5 milhões de financiamento declarados até agora, de pessoas físicas que são donas de empresas que têm contratos com a prefeitura. Esse domínio da máquina permite acesso a recursos privados abundantes.

As eleições serão as primeiras a serem realizadas desde a minirreforma eleitoral aprovada no ano passado, que, entre outras medidas, proibiu o financiamento por pessoas jurídicas. Como avalia sua aprovação no cenário como o atual?

O financiamento é apenas um elemento para assegurar a esses setores privados um domínio que eles já exercem junto à burocracia do Estado, entre a burocracia e a representação. A burocracia do BNDES, a burocracia do Banco

Central está intimamente associada a esses grupos privados. A alta burocracia do Estado está conectada com a alta burguesia brasileira sanguineamente, intelectualmente, financeiramente do ponto de vista do emprego, da portabilidade que sai do Banco Central para o mercado financeiro e volta para o Banco Central. É uma relação umbilical orgânica. Quando vem o representante do partido, você tem que assegurar que ele venha jogar o mesmo jogo. Mas não é através do financiamento de campanha que o capital chega ao Estado. Ele já está instalado lá. É isso que tem que se entender.

Essas eleições municipais marcam a estreia do partido de Marina Silva, a Rede Sustentabilidade, na disputa eleitoral. O partido foi criado como um representante de uma 'nova política', na esteira da indignação com o sistema político. Mas tem firmado alianças com partidos como PSDB, PMDB e DEM para disputar as eleições municipais...

É um partido como outro qualquer. Do ponto de vista do marketing eleitoral, pode ter algum apelo por se apresentar como uma alternativa a essa dinâmica partidária corrupta. Mas – insisto – é marketing. Acredito que a Rede não tenha muito sucesso do ponto de vista eleitoral, mas começa sua vida institucional nessa eleição para ganhar visibilidade mirando em 2018. Certamente vai ter alguns vereadores eleitos, alguma prefeitura, algum tipo de projeção e de afirmação maior na cena política. E obviamente a Marina, a partir daí, vai poder falar em nome de uma institucionalidade com mais peso político. Agora, o que tem de novo é o tal Partido Novo, e ninguém está falando dele. Essa é a expressão máxima do conservadorismo brasileiro. É o conservadorismo dos cães de guarda da elite. O partido tem ligação com o pessoal do Itaú, com um discurso assumidamente liberal, sem qualquer pudor nesse sentido de que a economia resolve, o mercado resolve. Vai disputar as eleições com o discurso das instituições, da liberdade.

Por que a esquerda até hoje não conseguiu transformar a indignação de Junho de 2013 em projetos alternativos?

Porque a forma como a gente se organizou até aqui estava fundada em um determinado arranjo social que vem ruindo. Nós estamos vivendo uma mudança de época, não é uma questão brasileira só. Talvez o Brasil esteja assistindo ao que os europeus viram há algum tempo, um processo em que os partidos de esquerda se acomodam à via institucional e se parecem cada vez mais com os partidos que anteriormente combatiam. Essa lógica de você disputar quem vai ser o partido de governo, quem vai se aliar aos grandes donos do Estado – os proprietários do Brasil, como a gente costuma dizer – e tentar fazer uma coisinha aqui, um jogo

político lá. Os partidos, por sua vez, estão se tornando máquinas que se justificam nelas mesmas, quase como empresas. As pessoas têm ali o partido como um locus de sobrevivência e de reprodução não só política, mas da sua própria vida. Ou seja, o partido deixa de ser um meio de disputa de ideias, de projetos e de construção de outras formas de organização da vida social e passa a ser um fim em si mesmo. Essa necrose dos partidos. As manifestações são expressão dessa insatisfação difusa com relação a esse estado de coisas. A gente está vendo o Podemos, na Espanha, que surgiu de uma dinâmica interessante de mobilização social, de manifestações e assembleias locais. Há uma crise exatamente porque, embora tenha um papel importante, a partir do momento em que se institucionaliza como partido e se insere na dinâmica parlamentar, a tendência é de fato cair nesse modelo e não conseguir escapar. Há uma necessidade de reinvenção mesmo das formas de organização. Quem souber o caminho que o diga porque ele não está dado.

Como o senhor vê o surgimento de organizações anarquistas como resposta ao descrédito da política?

Do ponto de vista da organização social, você precisa criar elementos que consigam articular, que consigam atrair, que consigam galvanizar atuações importantes de defesa de direitos e de afirmação de formas democráticas de organização, mas que são muito pontuais. E tem dificuldade de se articular com outros grupos exatamente por preservar determinadas narrativas, formas de organização e práticas. São muito importantes, mas não vejo que por aí possa surgir um processo maior de organização ou de reorganização de um campo de esquerda.

A democracia se torna cada vez mais blindada às reivindicações das camadas populares?

Essa agressividade maior do conservadorismo, isso que você está chamando de um aumento do autoritarismo em ambiente democrático, revela o quanto o domínio privado vem avançando sobre o Estado. Ou seja, quanto mais esses grupos se concentram e exercem um poder cada vez mais ativo sobre a estrutura de Estado, mais eles precisam desses cães de guarda. É interessante. [Nicos] Poulantzas chamava as democracias modernas de estatismo autoritário. Até a construção de consenso fica em segundo plano. Porque não tem como construir consenso em torno de certas coisas, falar: “agora a Odebrecht vai realmente mandar no Maracanã como ela quiser” ou “vai fazer a obra, acabando com o licenciamento”. Você não consegue construir e nem está mais preocupado em construir consenso junto à sociedade para além do discurso do crescimento econômico e do consumo. Isso se reproduz mundo afora. Quem estiver insatisfeito...

Quais as alternativas para quem está insatisfeito? Quais as alternativas para a esquerda?

Qualquer possibilidade de reorganização da esquerda no Brasil ou no mundo passa pela discussão da desprivatização do Estado. Não é nem a desestatização nos anos 1990. O Estado foi privatizado não no sentido de que acabou: ele foi privatizado vivo. Não mataram porque precisam do Estado para pegar seu orçamento, mudar sua legislação para servir aos interesses de monopolização e de concentração econômica. O agente político, o PT, vai lá e ajuda a formar uma campeã nacional, transfere bilhões do BNDES para um grande grupo. Não é incólume isso. Eles se tornam mais poderosos e vão, de maneira circular, ter mais domínio sobre a estrutura do Estado. E a privatização do Estado é sentida pela população. As pessoas sabem que há uma máfia do transporte que faz com que

elas paguem R\$ 4 por uma passagem. Estão sentindo isso na pele. Quando eu disse que a população não tem mais expectativa de direitos é porque ela sabe que a captura do Estado pelo setor privado é total. Até o próprio questionamento da corrupção por muitos setores da população não é na perspectiva moralista. O moralismo está ligado a essa classe média hipócrita. Boa parte da população, quando fala da corrupção, sabe que a corrupção é reveladora do domínio privado sobre o público em todas as esferas do Estado hoje. Então o que pode rearticular um projeto de esquerda é a discussão das consequências da privatização do Estado. Não é uma questão de palavra de ordem, nem de formulação acadêmica. Isso é uma formulação política concreta de algo que está latente na sociedade.

Você vê essa agenda de alguma forma expressa hoje nas campanhas eleitorais?

Eu não vejo isso na campanha eleitoral. Apesar de ter forças progressistas importantes, interessantes, isso é colocado, mas não como questão central. Essa é a questão central. É por aí que a gente tem que buscar debater com a sociedade, retomar a capacidade de organização. Isso vai dialogar com os sem-teto, com o pessoal da saúde e da educação, com o pessoal que é atingido por esses megaprojetos, vai dialogar com o orçamento público, com o desvio do recurso social para gerenciar a dívida pública. Não é falar: “eu vou rever alguns contratos, eu vou denunciar a máfia dos ônibus”. É claro que isso não se faz de uma hora para a outra, é algo que tem que ser pensado estrategicamente, como avançar nesse projeto de desprivatização do Estado. Mas é preciso coragem e disposição para enfrentar [essa agenda] porque senão você entra no jogo eleitoral, vai fazendo concessões aqui e ali na expectativa de ganhar um aparelho, uma máquina, um instrumento de Estado – mas para fazer o quê com esses limites que estão colocados? O

RETRATOS DE UM GENOCÍDIO

A cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil. Movimentos de vários estados do país se articulam para denunciar o que classificam como um genocídio da população negra no país

André Antunes



Ana Paula Oliveira, mãe de Jhonatha, morto pela polícia em maio de 2014 em Manguinhos, zona norte do Rio

**EM NÚMEROS
ABSOLUTOS, NÃO
HÁ PAÍS NO MUNDO
EM QUE SE MATE MAIS
DO QUE NO BRASIL**

“**E**u sou Débora, tenho 57 anos. O meu filho, Edson Rogério Silva dos Santos, tinha 29 anos, era negro, gari e deixou um filho de três anos na época, que hoje está com 13. A morte do meu filho foi uma das piores coisas que aconteceu na minha vida, e o que de pior pode acontecer na vida de todas as mães. Não se mede a dor de ter um filho assassinado”. Já faz mais de dez anos que Débora Maria da Silva convive com a dor da perda do filho. Foi no dia seguinte ao Dia das Mães, em maio de 2006, que Edson foi morto a tiros, em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Débora não tem dúvidas de que foram policiais que tiraram a vida de seu filho. “Um dia antes eu havia recebido um telefonema de um policial da família me avisando que ia ter um toque de recolher”, afirma. Toques de recolher decretados por agentes de segurança pública foram comuns entre os dias 12 e 26 de maio de 2006 em todo o estado de São Paulo. Numa represália a ataques da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), nos quais 59 agentes de segurança pública foram mortos, a polícia paulista deu o troco. Segundo Débora, foi no dia 13, véspera do Dia das Mães, que os ataques começaram para valer. Grupos de motoqueiros encapuzados e carros com vidros pretos cruzaram bairros pobres de periferia atirando. “A gente já sabia que quem estava debaixo do capuz era o Estado”, diz. Ao final de duas semanas, 505 civis haviam sido mortos. Entre elas, o filho de Débora, morador de Santos, no litoral paulista. “Muitos que não deviam nada para a polícia foram para a rua e foram atingidos. A minha filha, que fez o reconhecimento do corpo, viu tantos corpos no IML que

AF RODRIGUES



não cabiam nem na câmara frigorífica, estavam jogados até no chão”, relata.

Com a morte do filho, Débora relata que entrou em depressão e acabou numa cama de hospital. “Quando me levantei, foi pelo meu filho. Saí atrás das mães que eu vi na televisão, que perderam seus filhos na chacina”. Daí surgiu o Movimento Mães de Maio, que até hoje luta por justiça para as vítimas do episódio que ficou conhecido como os Crimes de Maio. “Eu toquei o barco dando coragem para essas mulheres para enfrentar o que vinha pela frente. O caminho da justiça é um caminho longo”, diz Débora, que coordena o movimento. Um ofício assinado por 79 promotores do Ministério Público da capital paulista no dia 25 de maio daquele ano que a fez perceber o quão longo esse caminho seria. Nele, os promotores saudaram o Comando Geral da PM pela “eficiência” no “reestabelecimento da ordem”. “Temos um país que mata pobre e negro porque é muito provável não ter justiça”, indigna-se.

Violência bate recordes

E nunca se matou tanto no Brasil: segundo dados do Atlas da Violência, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em março deste ano, foram cometidos 59.216 homicídios em 2014, um recorde na história do país. Em números absolutos, não há país no mundo em que se mate mais do que no Brasil. Assim como em levantamentos anteriores, fica clara no relatório a dimensão racial dessa violência. De acordo com os dados, as chances de um jovem negro de 21 anos morrer assassinado são 147% maiores do que as de um jovem não negro. Na última década, a taxa de homicídios entre a população negra aumentou 18,2%, ao mesmo tempo em que houve uma diminuição de 14,6% na vitimização de indivíduos não negros. A cada 23 minutos, um jovem negro é morto no Brasil. Também chama atenção no Atlas da Violência, que traz dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o alto índice de mortes causadas especificamente pela polícia em 2014, com um aumento de 37% em relação ao ano anterior: foram 3.022 casos. Na maioria dos estados, não há registros sobre a cor das vítimas, mas as informações existem nos dois estados onde a ocorrência foi mais frequente. Em São Paulo, 61% das 965 vítimas eram negras, e no Rio de Janeiro, das 584 pessoas mortas pela polícia em 2014, 77% eram negras. Segundo dados compilados pela Anistia Internacional, 77% dos 30 mil jovens entre 15 e 29 anos assassinados em 2013 no Brasil são negros.

“O Brasil é a democracia da chacina, é o país do genocídio”, desabafa Débora. Conclusão semelhante tiveram os relatores de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal encerrada em junho deste ano depois de

sete meses de trabalho e 21 audiências públicas realizadas, das quais participaram diversos movimentos que abordam a temática, entre eles o Mães de Maio. “Em um ambiente onde a omissão do poder público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo. De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade”, apontou o relatório, que descreveu como “genocídio da população negra” a situação de violência contra os jovens negros, em reconhecimento a uma bandeira histórica do movimento negro no país. “O que a gente chama de genocídio é esse processo de eliminação que se dá direta e indiretamente por ação ou omissão do Estado, que vem se estendendo por diversas gerações”, diz Andreia Beatriz Santos, coordenadora da Campanha ‘Reaja ou será Morto, Reaja ou Será Morta’, que desde 2005 faz a denúncia da violência policial contra a população negra na Bahia. “Falar em genocídio tem a ver com o reconhecimento de que nós vivemos num Estado racista, em que as instituições são formadas e têm sido alimentadas para manter essas práticas racistas. É uma categoria que nos ajuda a pensar também nos efeitos dessas mortes sobre as comunidades: as mães, familiares que entram em depressão, que se suicidam, que começam a sofrer de alcoolismo, que ficam sem condições de trabalhar. Para nós tudo isso faz parte desse processo de genocídio”, explica Andreia.

Impunidade para policiais homicidas gera revolta

Entre outras recomendações feitas pelos senadores no relatório da CPI está a extinção dos chamados autos de resistência, que há anos são denunciados pelos movimentos sociais como instrumentos que permitem mascarar homicídios decorrentes de execuções como sendo fruto de confrontos com

as vítimas, que acabam sendo culpabilizadas. Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as polícias brasileiras mataram 11.197 pessoas em casos listados como autos de resistência entre 2008 e 2013, ou seis mortes por dia. Uma pesquisa do sociólogo Michel Misse, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por sua vez, apontou que 99,2% dos inquéritos de autos de resistência acabam sendo arquivados.

Para revolta de Débora Maria da Silva, foi o que aconteceu no caso dos Crimes de Maio. “Mais de 500 pessoas foram assassinadas num espaço de duas semanas, e todos os inquéritos foram arquivados. É um absurdo”, protesta. O movimento do qual ela é coordenadora hoje luta pela federalização das investigações sobre os crimes ocorridos em 2006. Em maio deste ano, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Superior Tribunal de Justiça que transfira para a Polícia Federal a investigação sobre a morte de quatro jovens baleados por homens encapuzados no Parque Bristol, em São Paulo, em 14 de maio de 2006. Alegando que a polícia paulista e o Ministério Público Estadual cometeram “falhas e omissões gravíssimas” na investigação dos crimes, Janot atendeu a um pedido feito em 2009 por familiares das vítimas e pela Organização Não-governamental Conectas. Segundo Débora, o Movimento Mães de Maio pediu a federalização também dos assassinatos cometidos na Baixada Santista em maio de 2010, mas até hoje não obteve resposta. “Na Baixada Santista, os corpos dos nossos filhos foram preservados por conta de um decreto da Prefeitura, em resposta à pressão do movimento. Então podemos provar que eles foram executados sumariamente”, diz Débora. Segundo ela, assim como nos casos do Parque Bristol, são flagrantes as falhas na investigação dos crimes pelo Ministério Público estadual. “Nós, como donas de casas, constatamos que havia vários erros ali. Meu filho, por exemplo, foi enterrado com o projétil na espinha cervical, que deveria ser uma das principais peças na investigação”, acusa. E questiona: “Por que só federalizar alguns casos? A obrigação era federalizar todos”. Segundo estudo da ONG Justiça Global, há indícios de envolvimento de policiais fardados ou encapuzados em pelo 122 execuções ocorridas entre 12 e 26 de maio de 2006. Até hoje, apenas um policial militar foi a julgamento acusado de participação em grupos de extermínio que atuaram no período. O cabo da PM Alexandre André Pereira da Silva foi condenado a 36 anos pelo assassinato de Murilo de Moraes Ferreira, Felipe Vasti Santos de Oliveira e Marcelo Heyd Meres em um lava rápido no Jardim Brasil, zona norte de São Paulo. O réu aguarda o julgamento do recurso em liberdade. “Foi a única condenação que saiu e a gente soube recentemente que ele continua trabalhando, mesmo tendo sido condenado. É um absurdo, isso só dá carta branca para matar. E estão matando cada vez mais”, protesta Débora.

Ana Paula de Oliveira sentiu na pele os efeitos da impunidade na perpetuação da violência. Seu filho Jhonatha, de 19 anos, foi morto no dia 14 de maio de 2014 com um tiro nas costas por um policial da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da favela de Mangueiras, zona norte do Rio de Janeiro. Segundo ela, o policial que matou Jhonatha respondia na justiça por três homicídios cometidos em 2013 na Baixada Fluminense. “É revoltante saber que ele continuou solto, com a certeza de que podia continuar matando

dentro das favelas. Saber disso me deu mais força ainda para lutar por justiça no caso do meu filho”, diz Ana Paula. Ela conta que a mobilização dos moradores articulados através do Fórum Social de Mangueiras foi essencial para evitar que o caso fosse arquivado. Na última audiência realizada no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em maio, foi apresentado um exame balístico que concluiu que o projétil que matou Jhonatha partiu da arma do policial militar Alessandro Marcelino de Souza, que no registro da ocorrência alegou que não havia participado da operação que resultou na morte de Jhonatha e que não fez nenhum disparo. Ana Paula, no entanto, afirma que a audiência a deixou “apavorada”. “Eu nunca tinha entrado num tribunal, e tinha uma grande ilusão de que ali encontraria justiça. Mas para nós familiares é mais tortura, sabe? Porque fica bem nítido que quem está sendo julgado ali não é o réu, é a vítima. Tive que responder perguntas do tipo: ‘o que o Jhonatha fazia da vida? Ele tinha envolvimento com o tráfico de drogas? Enquanto isso o réu fica lá fazendo cara de vítima. A vítima é o meu filho, que foi assassinado jovem, com uma vida toda pela frente. É revoltante ver que a Justiça compactua com essas

ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL



Débora Maria, coordenadora do Movimento Mães de Maio

Ato na Igreja da
candelária lembra os
23 anos da chacina
no Rio



TÂNIA RÉGO / AGENCIA BRASIL

mortes”, desabafa. De 2013 até agora, o Fórum Social de Manguinhos acusa policiais da UPP de matarem sete jovens na comunidade. “Não adianta trocar a cor da roupa da polícia, o treinamento é o mesmo, a instituição policial é a mesma. As pessoas costumam falar que os policiais são despreparados, mas é o contrário: eles são preparados para agir dessa forma dentro das favelas, com violência e violação de direitos”, diz Ana Paula.

Andreia Beatriz concorda: “Existe um modelo de formação das polícias que é de combater as pessoas que possuem determinadas características, e isso não pode ser negligenciado. A gente tem vários instrumentos, sobretudo no estado da Bahia, que têm dito isso”, afirma Andreia. Ela cita como exemplo uma cartilha da tatuagem, da Secretaria de Segurança Pública do Estado, que associa determinadas marcas no corpo a uma suposta vincu-

lação com o crime organizado. “Ali tem elementos das religiões de matriz africana, que dizem respeito à identidade da gente. Me lembro também há alguns anos de uma ordem da PM em Campinas, após um assalto em um bairro nobre, que era para ficar atento a homens negros e pardos. Se hoje temos um número enorme de jovens negros sendo mortos pela polícia é porque temos uma política de segurança pública racista que reconhece jovens negros como inimigos do Estado, como potenciais suspeitos, perigosos, passíveis de serem mortos”, comenta Andreia.

Na Bahia, terceiro entre os estados em que a polícia mais mata no Brasil, depois de São Paulo e Rio de Janeiro, grande parte dessas mortes também acaba impune, como mostrou o caso da Chacina do Cabula, em Salvador. Em fevereiro de 2015, uma operação no bairro da capital baiana terminou com 12 jovens negros mortos pela polícia, num suposto confronto entre guarnições das Rondas Especiais (Rondesp) da Polícia Militar da Bahia com um grupo suspeito de atuar em assaltos a bancos. Durante a operação, os nove policiais envolvidos dispararam 143 tiros, dos quais 88 foram encontrados nos corpos das vítimas. Laudos necrológicos apontaram que a maioria dos tiros foi disparada a curta distância e de cima para baixo, indícios de que os jovens foram executados. Poucas horas após a chacina, o governador baiano, Rui Costa, causou revolta com uma declaração em que comparou a situação a uma partida de futebol. “É como um artilheiro na frente do gol, que tenta decidir, em poucos segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol. Depois que a jogada termina, se foi um goloço, todos os torcedores da arquibancada irão bater palmas”, afirmou. Em junho, uma denúncia do Ministério Público da Bahia, que acusou os policiais



Manifestação contra o genocídio negro em Brasília

envolvidos de terem premeditado uma emboscada contra os jovens, foi acolhida pela Justiça baiana. Pouco mais de um mês depois, no dia 24 de julho, a juíza substituta Marivalda Almeida Moutinho absolveu todos os envolvidos. “Era uma fase de levantamento de provas, de ouvir as testemunhas, de ouvir tudo, e a juíza deliberadamente encerrou o processo”, protesta Andreia Beatriz. Em parceria com a Justiça Global, a Campanha entrou com pedido de federalização da investigação, e em junho deste ano a Procuradoria Geral da República acatou o pedido, apontando que houve incongruências na investigação conduzida pelo judiciário estadual. Pesou na decisão da PGR a repercussão internacional do caso, que foi objeto de uma representação da Justiça Global e da Campanha ‘Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta’ junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA). Andreia conta que, sobretudo depois dessa intervenção, integrantes do grupo passaram a receber ameaças. “O que acontece é que esses policiais não foram afastados da atuação naquela localidade, o que é muito grave. Muitos pais e mães de vítimas continuaram vendo esses policiais que participaram dessa chacina. E a gente começou a sofrer uma série de intimidações. Por diversas vezes a gente teve que sair de Salvador, alguns familiares das vítimas também foram retirados estrategicamente de Salvador, temporariamente, por conta desse processo de intimidação”, revela.

A articulação entre movimentos de vários estados e com organizações de defesa dos direitos humanos tem sido uma arma no fortalecimento dessa agenda em nível nacional. Este ano, no final de julho, vários deles, incluindo a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, o Movimento Mães de Maio e o Fórum Social de Manguinhos, se reuniram na capital fluminense para lembrar os 23 anos da Chacina da Candelária, quando oito meninos foram assassinados por um grupo de extermínio enquanto dormiam em frente a tradicional igreja no centro do Rio. O episódio se tornou um marco da violência do Estado contra a juventude negra no Brasil. “É importante lembrar da Candelária porque acontecem tantas chacinas ainda no Rio de Janeiro que corre o risco de as pessoas se esquecerem. Nossa sociedade continua achando que chacina é solução, e não é”, afirma Patrícia Oliveira, irmã de Vagner dos Santos, um dos sobreviventes da chacina que hoje vive no exterior. Ativistas do movimento *Black Lives Matter*, que luta contra a brutalidade policial nos Estados Unidos, estiveram presentes no evento. “Eu acho que a vinda do *Black Lives Matter* é importante, porque as autoridades ouvem mais quem vem de fora do que os próprios brasileiros. Quando a gente se junta com eles é para globalizar a nossa luta, porque a bala que mata lá é a mesma que mata aqui, é o mesmo dedo indicador do Estado quem aperta o gatilho. Se a gente globalizar a nossa luta a gente avança”, ressal-

ta Débora Maria. Ana Paula de Oliveira relata que o Fórum Social de Manguinhos aproveitou a vinda dos ativistas norte-americanos para promover debates em escolas públicas da região. “A gente acha superimportante fazer esse diálogo nas escolas, que é onde estão os jovens que são vítimas dessa violência, para trocar experiências sobre o que é ser negro, morador de favela. Para mim foi muito emocionante ir ao Colégio Clóvis Monteiro, que foi onde eu estudei – quando saí estava grávida do Jhonatha, que também estudou ali”, relata.

Segundo Débora, os movimentos também têm procurado fortalecer as parcerias com organizações como Justiça Global e Anistia Internacional, que esse ano articulou uma campanha para denunciar o aumento do número de mortos pela polícia do Rio de Janeiro no contexto de preparação para as Olimpíadas. Segundo Átila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional, nos três meses anteriores ao evento houve um aumento de 103% no número de jovens mortos pela polícia na cidade. “No Rio de Janeiro os dados mostram que a polícia tem sido responsável por um a cada cinco homicídios. Isso só pode ser descrito como um estado de falência da segurança pública”, opina Átila. Para ele, os grandes eventos têm trazido um recrudescimento de um padrão repressivo altamente violento. “Quando o Estado se vê diante de um grande evento, ele simplesmente aumenta a intensidade da estratégia de segurança pública focada em operações altamente militarizadas. A gente viu isso durante a Copa, quando tivemos um aumento de 40% no número de pessoas mortas durante operações policiais em relação ao ano anterior”, enumera Átila. E completa: “Não é aceitável que a gente continue a admitir que a violência letal seja orientada de maneira tão seletiva, sob essa naturalização do racismo, da desigualdade e da violência. É preciso romper com a indiferença dessa sociedade que vai dormir e acorda como se não estivesse ocorrendo um massacre ao seu redor”, protesta. ○



Quando a barragem da Samarco rompeu em Mariana (MG), num dos maiores crimes socioambientais do país, ele estava lá. Quando se identificou o uso de trabalho escravo nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, ele também estava à frente. Quando o Brasil foi surpreendido pelas denúncias de corrupção da Operação Lava Jato, adivinhe: novamente o Ministério Público era personagem central. “Mais do que órgão público encarregado de punir aqueles que eventualmente cometam algum delito, o Ministério Público defende os chamados direitos coletivos e difusos: meio ambiente, saúde, educação, probidade na administração, direitos de grupos vulneráveis, como criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiência”, explica Nilzir Vieira Junior, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), que resume essa missão como a de “defensor da sociedade”. O MP é formado pelo Ministério Público da União – composto, por sua vez, pelo Ministério Público Federal (MPF), Militar, Ministério Público do Trabalho e do Distrito Federal –, e pelo Ministérios Públicos estaduais, com atuação territorial mais restrita.

Humberto Jacques, vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), exemplifica a atuação: se você não conseguiu vaga para o seu filho na escola pública, isso pode ser um problema isolado; mas se numa localidade várias crianças estão não têm onde estudar, isso aponta uma deficiência na política conduzida pelo Estado e o Ministério Público pode entrar em ação. A clareza é de que, sozinho, a única alternativa do indivíduo é entrar na justiça para fazer valer o seu direito. Já o MP pode negociar com o ente público, evitando muitas vezes um processo de judicialização e, mais do que isso, pode estender a conquista para um coletivo mais amplo.

Como promotor que atua especificamente no campo da saúde, Humberto Jacques cita a luta pelo acesso ao Trastuzumabe, medicamento indicado para tratamento de câncer de mama, como um caso exemplar. Segundo ele, várias pessoas reivindicaram na justiça a garantia para receber o medicamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Com resultado sempre favorável, cada uma ganhava o ‘direito’ para si. O próprio Ministério Público chegou a entrar com ações judiciais coletivas. O Ministério da

Saúde acabou incorporando o Trastuzumabe à lista de medicamentos do SUS e o direito ao acesso passou a ser universal. Ele destrincha: “O advogado tem que pedir pela parte. O juiz tem que dar o que a lei manda. E alguém tem que falar pelo geral, pelo coletivo”. Há situações em que se consegue mudar a política pública sem envolver a justiça: Jacques cita o caso do teste do pezinho, que, segundo ele, se tornou mais completo no SUS a partir da mediação promovida pelo MP junto ao Ministério da Saúde. Na outra ponta, há também exemplos em que, sem acordo, o MP atua como ‘acusador’ em brigas judiciais.

O problema é que esses exemplos podem passar a falsa impressão de que o ‘alvo’ é sempre o Estado – mas basta lembrar a Operação Lava Jato ou a tragédia de Mariana, em que empresas privadas também foram acionadas pelo MP. Esse escopo de atuação se amplia – e se confunde – em casos como o ocorrido no Rio de Janeiro em meio às Jornadas de Junho de 2013, quando o MP estadual abriu denúncia contra um grupo de manifestantes. Nesse caso, parte da sociedade organizada que tradicionalmente recorre ao Ministério Público na defesa dos direitos humanos, inclusive entidades como Anistia Internacional, Justiça Global e OAB-RJ, repudiou a decisão.

No campo estritamente jurídico, é função do MP acompanhar (sem tomar parte) os processos que resultam de ações coletivas ou mesmo de ações individuais que possam ter um “reflexo coletivo”. Mas o Ministério Público participa de ações judiciais também como parte autora. E esse protagonismo não se dá apenas por meio da judicialização: cada vez

mais, o MP tem priorizado o que Nilzir chama de “soluções de diálogo e entendimento” entre as partes interessadas. Nos dois casos, as ‘brigas’ em que o MP decide entrar são definidas pelo promotor ou procurador, dentro de sua área de atuação, de forma autônoma. Audiências públicas em que se ouve a sociedade sobre os temas de impacto coletivo são um entre outros caminhos possíveis para que as promotorias elejam suas prioridades de atuação – Humberto Jacques, por exemplo, diz que tinha como referência principal os relatórios das conferências de saúde.

Um não-lugar?

Se você prestou atenção nos exemplos citados até agora, deve ter percebido que, em todos eles, o Ministério Público não só atua por fora do Executivo e do Legislativo como também desempenha um papel que não se confunde com o do Judiciário. E essa deve ser a maior confusão que normalmente se faz em relação ao MP: é que ele é a única estrutura do Estado brasileiro que não está vinculada a nenhum dos três poderes. E isso não é pouca coisa.

Atuando de forma independente, em nome da “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, como estabelece a Constituição, o MP pode fiscalizar os três poderes da República. Mas a pergunta que cada vez mais tem se colocado, principalmente a partir das polêmicas geradas no contexto da Lava Jato, é: quem fiscaliza o MP? “Todo promotor e procurador tem acima dele instâncias de revisão. A gente tem controles internos”, responde Humberto Jacques. “Nós temos as nossas Corregedorias locais, que são órgãos internos, em que os desvios de atuação são levados ao conhecimento para aplicação de penalidades administrativas”, explica o representante da Conamp. Em todos os casos, a instituição máxima de fiscalização formal é o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – mas, apesar de ser apontado como uma instância de controle externo, dos seus 14 integrantes, dez são membros do próprio MP, dois são indicados pela OAB, um pelo Senado e outro pela Câmara.

Mas há quem aponte ainda outras fragilidades nesse desenho pensado para garantir a independência do MP. A principal é o fato de o

procurador-geral ser indicado pelo chefe do Executivo. Há países, como os Estados Unidos, em que ele é eleito pelo voto popular. No caso do MPF, a lei determina apenas que o nome seja indicado pelo presidente e confirmado pelo Senado. Na prática, no entanto, o processo tem sido semelhante ao dos MPs estaduais, em que o nome é escolhido a partir de uma lista triplíce construída pelos membros. Sobre esse tipo de questionamento, alguns episódios da história recente permitem análises para todos os gostos. A atuação do MPF – cujo procurador-geral, Rodrigo Janot, pediu a abertura de inquérito contra Dilma Rousseff por tentativa de obstrução da justiça – na Lava Jato tem sido apontada por muitos como exemplo de independência, a despeito de se concordar ou não com o mérito da acusação. Reconhecido pela atitude inversa, o procurador Geraldo Brindeiro, que assumiu a chefia do MPF de 1995 a 2003, ganhou o apelido de “engavetador geral da República”, por ter arquivado 217 inquéritos e engavetado outros 242, entre eles a denúncia de compra de voto para aprovação da emenda que permitiu a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que o havia nomeado. Mais recentemente, houve quem associasse a iniciativa do Ministério Público de São Paulo de pedir a prisão preventiva do ex-presidente Lula aos interesses do PSDB, que ocupa o governo do estado. Na ocasião, apesar de a denúncia ter sido muito criticada por especialistas, o procurador-geral de São Paulo saiu publicamente em defesa dos promotores. Embora o caso não tenha ido adiante, a mudança de rumo se deu por decisão do Judiciário e não por qualquer ação de controle do próprio MP. Humberto Jacques justifica a atitude do chefe do MP de São Paulo: “A gente não pode patrulhar a atuação dos colegas, eles são soberanos na sua atuação”, acredita.

Isso porque a Constituição garante, no seu artigo 127, os “princípios institucionais” da “unidade, indivisibilidade e independência funcional” do Ministério Público, o que significa que, para proteger a função de eventuais pressões, o grau de autonomia dos seus membros na condução dos processos é muito alto. “Quando um promotor está com um caso, [ali] ele é o todo poderoso, ele decide, ele faz como a sua consciência manda”, explica Jacques. Mas como conciliar esse nível de autonomia com a missão de defender interesses mais universais? Ele reconhece que essa é uma verdadeira “encrência”, mas defende que não há alternativa melhor. E vai além, afirmando que a ANPR recusa qualquer acusação de “vinculação político-partidária” por trás das decisões do Ministério Público.

Papel do MP na Lava Jato: abusos?

Ao contrário do vice-presidente da ANPR, Afranio Silva Jardim, promotor aposentado e professor de direito processual da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), “não tem dúvidas” de que a “questão política e ideológica” passou a “ter relevância” na atuação do Ministério Público na Lava Jato. Maior vitrine de atuação do MP neste momento, a Operação se tornou também vidraça, com críticas públicas de juristas e membros da própria instituição. As duas entidades representativas do MP ouvidas por esta reportagem, no entanto, fazem uma defesa veemente da investigação.

Para Afranio, um primeiro problema mais geral está na relação com o Judiciário, que, na sua avaliação, tem estado próximo demais do Ministério Público. Sintoma dessa confusão de funções, segundo ele, é que o nome mais diretamente associado à Lava Jato é o do juiz Sergio Moro. “Juiz não pertence à operação nenhuma. O Ministério Público, como órgão persecutório, autor, pode ter uma política de combater a corrupção, mas o juiz não tem a política de combater ninguém. Ele tem que ser equidistante da parte acusadora, o Ministério Público, e do réu”, explica.

Além disso, para Afranio, o desenrolar dos acontecimentos deixa claro que várias prisões têm sido solicitadas pelo MP – e autorizadas pelo juiz – com a única finalidade de forçar um acordo de cooperação premiada. Humberto Jacques nega, argumentando que o motivo das prisões é garantir que os acusados não destruam provas, como prevê a lei. “Para a prisão temporária preventiva não basta que haja possibilidade de fugir ou destruir prova, tem que ter um fato concreto que denote uma probabilidade de que ele vá fazer isso. Por esse argumento, todo investigado tem que ser preso, porque qualquer um pode destruir prova”, contesta Afranio, lembrando que, em artigo sobre a Operação Mãos

Limpas, na Itália, Sergio Moro defende a importância de se causar “desconforto” ao investigado para forçá-lo a falar. “Ninguém é a favor da corrupção evidentemente, mas há limites, há formas de combater. Todo mundo é contra o homicídio, mas não posso começar a torturar para descobrir quem matou”, compara.

O que está em jogo, segundo o professor, é o modelo de atuação que envolve o Ministério Público no Brasil. De acordo com ele, vários procuradores da República e o próprio juiz Sergio Moro sofrem influência direta do sistema anglo-saxão, aprendido em cursos nos Estados Unidos, no qual, nas suas palavras, a “lei pode ser afastada por acordos judiciais”. Trata-se, segundo ele, de uma subversão do modelo brasileiro que, inspirado no sistema germânico-romano, segue estritamente o “princípio da legalidade”. E as consequências são várias: na Lava Jato, por exemplo, se, por um lado, ele aponta prisões demais, por outro denuncia penas de menos. “O Acordo de Cooperação Premiada está sendo usado, a meu juízo e de alguns outros juristas, de forma indevida porque está prevendo prêmios que a lei não prevê”, diz. O exemplo mais claro, segundo ele, é que, como resultado do acordo, há réus condenados a mais de oito anos que são contemplados com o ‘direito’ de cumprir a pena em prisão domiciliar. “Daqui a pouco vamos ter tornozeleira dourada, cravejada de brilhantes”, ironiza. E critica: “Passa-se uma ideia de que o juiz está sendo severo demais, mas isso vale para alguns e não para outros”.

O ponto central do debate, para Afranio, é que essa possibilidade de membros do MP negociarem com um indiciado “ao arrepio da lei penal” abre um precedente que pode comprometer a autonomia e a legitimidade do Ministério Público como um todo. “Imagine um promotor de Justiça do interior de um estado longínquo tendo a possibilidade de negociar com um capataz do coronel em cuja fazenda ele tem que passar às vezes”, compara. E resume a crítica: “Poder demais ao Ministério Público não fortalece a instituição. Ao contrário, fragiliza, porque a população começa a criticar, com ou sem razão, da mesma maneira que critica a polícia”. O

30 anos da 8ª Conferência Nacional de Saúde



1986



2016

“Na área de saúde, verifica-se um acúmulo histórico de vicissitudes que deram origem a um sistema em que predominam interesses de empresários da área médico-hospitalar. O modelo de organização do setor público é anárquico, pouco eficiente e eficaz, gerando descrédito junto à população”

“Eu não vou definir o plano. Quem vai definir são os interesses de mercado”

“O Estado tem como responsabilidades básicas quanto ao direito à saúde: (...) - normatização e controle das ações de saúde desenvolvidas por qualquer agente público ou privado de forma a garantir padrões de qualidade adequados”

“Só estou propondo flexibilização na regulação para que as empresas possam lançar no mercado planos com cobertura diferenciada e, evidentemente, preços interessantes”

“Para assegurar o direito à saúde a toda a população brasileira é imprescindível: (...) - estabelecer compromissos orçamentários ao nível da União, estados e municípios para o adequado financiamento das ações de saúde”

Não estamos em um nível de desenvolvimento econômico que nos permita garantir esses direitos por conta do Estado”

“O principal objetivo a ser alcançado é o Sistema Único de Saúde, com expansão e fortalecimento do setor estatal em níveis federal, estadual e municipal, tendo como meta uma progressiva estatização do setor”

“Quanto mais gente puder ter planos, melhor, porque vai ter atendimento patrocinado por eles mesmos, o que alivia o custo do governo em sustentar essa questão”

Relatório da 8ªCNS que deu as bases para o capítulo da Saúde na Constituição Federal

Falas do Ministro da Saúde Ricardo Barros em entrevistas

Receba gratuitamente a

Revista Poli

saúde, educação e trabalho

Jornalismo público para o
fortalecimento da Educação
Profissional em Saúde



Para receber a revista, basta solicitar
pelo Portal EPSJV/Fiocruz, no rodapé da página
www.epsjv.fiocruz.br